

**Anais do**

**COLÓQUIO**

**DE ACERVOS**

**Privados e Pessoais**

**TEMA: Institucionalização de Arquivos  
Privados e Pessoais**

**3º VOLUME - VOL. 3 2025**

**RIO DE JANEIRO, RJ  
2025**

# Anais do Colóquio de Arcevos Privados e Pessoais

**TEMA: Institucionalização de Arquivos  
Privados e Pessoais**

**Caderno de Resumos**

*Rio de Janeiro, RJ  
2 a 4 de setembro de 2025*

**Laboratório de Estudos sobre Acervos Privados e Pessoais (LABAPP - Unirio)  
Grupo de Pesquisa Arquivos Privados e Pessoais (Grupo APP - Unirio)**

**RIO DE JANEIRO  
2025**



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Reitor:** Prof. Dr. José da Costa Filho

**Vice-reitor:** Profa. Dra. Bruna Silva do Nascimento

Laboratório de Estudos sobre Acervos Privados e Pessoais (LABAPP - Unirio)

Grupo de Pesquisa Arquivos Privados e Pessoais (Grupo APP – Unirio)

### **Coordenadores do IV Colóquio de Acervos Privados e Pessoais**

Patricia Ladeira Penna Macêdo (UNIRIO/UFRN)

Renato Crivelli Duarte (UNIRIO)

### **Comitê Científico**

Renata Silva Borges (FIOCRUZ)

Renato Mattos (UFF)

Letícia Borges Nedel (UFSC)

Francisco Alcides Cougo Junior (UFSM)

Maria Teresa Santos Cunha (UDESC)

### **Editoração dos Anais**

Jacqueline de Araújo Cunha

Patricia Ladeira Penna Macêdo

Renato Crivelli Duarte

**Catálogo na fonte: Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**

---

C719 Colóquio de acervos privados e pessoais (4. : 2025 : Rio de Janeiro, RJ)  
Anais / 4 Colóquio de acervos privados e pessoais, Rio de Janeiro, 2 a 4 de setembro ;  
Coordenadores : Patrícia Ladeira Penna Macêdo, Renato Crivelli Duarte. – Rio de Janeiro :  
UNIRIO: LABAPP, APP, 2025.  
63 p.

1. Arquivos pessoais. 2. Memória individual. 3. Memória coletiva. 4. Preservação. I. Macêdo, Patrícia Ladeira Penna, Coord. II. Duarte, Renato Crivelli, Coord. III. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. IV. Laboratório de Estudos sobre Acervos Privados e Pessoais. V. Grupo de Pesquisa Arquivos Privados e Pessoais. VI. Título.

CDD – 025.2

---

### **Como citar este documento:**

COLÓQUIO DE ACERVOS PRIVADOS E PESSOAIS, 4., 2025, *online*. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos sobre Acervos Privados e Pessoais / Grupo de Pesquisa Arquivos Privados e Pessoais, 2025. 63 p. Tema: Institucionalização de arquivos privados e pessoais.

## APRESENTAÇÃO

Os Anais do IV Colóquio de Arquivos Privados e Pessoais reúnem os trabalhos apresentados no evento realizado nos dias 02, 03 e 04 de setembro de 2025, em formato totalmente virtual. Nesta edição, o Colóquio teve como tema “Institucionalização de Arquivos Privados e Pessoais”, propondo uma reflexão aprofundada sobre os processos, desafios e implicações envolvidos na incorporação desses acervos em instituições de custódia, bem como sobre suas repercussões no campo arquivístico, na pesquisa acadêmica e na sociedade em geral.

A institucionalização de arquivos privados e pessoais constitui um processo complexo, que envolve não apenas procedimentos técnicos de organização, descrição, preservação e acesso, mas também decisões de natureza política, jurídica e estratégica. Ao serem incorporados a instituições públicas ou privadas, esses acervos passam a integrar circuitos formais de memória, produção de conhecimento e uso social, tornando-se fundamentais para a compreensão de trajetórias individuais e coletivas, de práticas culturais, científicas e educativas, bem como de contextos históricos frequentemente ausentes dos arquivos oficiais.

A Conferência de Abertura, proferida pelo professor Renato Venâncio (UFMG) intitulada “*Acervos privados e políticas*”<sup>1</sup>, apresentou reflexões sobre políticas arquivísticas e os desafios contemporâneos relacionados à institucionalização de arquivos privados e pessoais, oferecendo um panorama conceitual que orientou as discussões ao longo do Colóquio. No segundo dia do evento, ocorreu a Mesa-redonda TraMA, intitulada “*Archivo Mujeres y Géneros del Archivo Nacional de Chile: desafíos y oportunidades en torno al trabajo con archivos personales*”<sup>2</sup>, que promoveu um diálogo aprofundado sobre gênero, memória e arquivos, articulando perspectivas teóricas e experiências de pesquisa no campo dos arquivos privados e pessoais. A mesa contou com a participação de Surimana Paz Pérez Díaz, arquivista do Archivo Nacional de Chile, e Yocelyn Valdebenito, pesquisadora da mesma instituição.

O encerramento, realizado no dia 04 de setembro, contou com a palestra “*Acervos femininos de instituições privadas: o caso da Bahia*”<sup>3</sup>, proferida pela professora Alícia Duhá Lose, que retomou os principais eixos debatidos durante o

evento, enfatizando questões relacionadas à preservação, à acessibilidade e ao papel social desses acervos na contemporaneidade.

Além das palestras e da mesa-redonda, o Colóquio contou com sessões de apresentação de trabalhos, cujos resumos integram esta obra. A importância dessas contribuições se evidencia pela diversidade de abordagens, experiências institucionais e pesquisas em andamento na área. Ao todo, foram 16 apresentações, de autores de diferentes regiões do Brasil, que abordaram temas, pesquisas e práticas de trabalho distintas, enriquecendo o evento e contribuindo para a construção de um repertório de conhecimentos sobre variados acervos privados e pessoais, bem como sobre as práticas desenvolvidas em sua gestão e preservação.

Reconhecemos a riqueza dos debates promovidos nesta edição e já aguardamos com expectativa as próximas realizações do Colóquio. Por fim, destacamos que todas as palestras e mesas do evento foram transmitidas e permanecem disponíveis para acesso no canal do YouTube do LABAPP, ampliando o alcance das discussões e possibilitando a continuidade do diálogo para além dos dias de realização do Colóquio.

**Patrícia Ladeira Penna Macêdo**  
**Renato Crivelli**

*Organizadores do IV Colóquio de Arquivos Privados e Pessoais*

---

<sup>1</sup> Para assistir a palestra acesse: <https://www.youtube.com/live/NcQpHwJomyk?si=IpeleHS51BnfZ3pE>

<sup>2</sup> Para assistir a palestra acesse: <https://www.youtube.com/live/DfmeF8Dj-qU?si=5eOdhDql36q7sq0C>

<sup>3</sup> Para assistir a palestra acesse: [https://www.youtube.com/live/td1aH-rmkUw?si=DGc2YJH\\_5pUmbppqA](https://www.youtube.com/live/td1aH-rmkUw?si=DGc2YJH_5pUmbppqA)

## Sumário

Mulheres do Acervo Clio-Psyché/UERJ: arquivos pessoais como fonte para a História da Psicologia .....	7
Arquivos pessoais em bibliotecas: organizando o acervo Bella Jozef .....	10
Maura de Senna Pereira: organização de um arquivo pessoal.....	18
Arquivo pessoal de Edna Luísa de Melo Taveira: uma abordagem etnográfica .....	21
A classificação arquivística das fotografias em acervos privados e pessoais .....	24
A Fotografia em Contexto: Identificação Documental do Acervo Pessoal do Fotógrafo Sebastião Carvalho Leme .....	27
A iconografia do arquivo pessoal da matemática Estela Kaufman Fainguelernt.....	30
O arquivo pessoal de Luiz de Castro Faria como um legado para a história da antropologia e da arqueologia brasileira. ....	33
Política de Aquisição de Arquivos Pessoais na cidade de João Pessoa: uma análise na Universidade Federal da Paraíba .....	35
Memória pública, direitos privados: reflexões sobre a gestão de acervos pessoais não formalizados .....	39
Arquivos privados, interesse público: análise dos limites e possibilidades da Lei nº 8.159/1991 para a proteção de arquivos pessoais.....	41
Processos de institucionalização dos arquivos privados e pessoais no Arquivo Edgard Leuenroth: uma reflexão necessária.....	44
O arquivo pessoal de Luiz Pinguelli Rosa enquanto fonte para a história da gestão pública do planejamento energético no Brasil .....	48
A institucionalização da Memória Escolar: a experiência do Colégio Nossa Senhora das Neves.....	57
Institucionalização e preservação do Diário de Natal: experiência da UFRN na salvaguarda de arquivos privados.....	60
<b>Programação do IV Colóquio Acervos Privados e Pessoais .....</b>	<b>63</b>

# **Institucionalização de Arquivos Privados e Pessoais**

## **Mulheres do Acervo Clio-Psyché/UERJ: arquivos pessoais como fonte para a História da Psicologia**

**Elisa de Fátima Alves Rosa**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**July Anne Monteiro Linhares**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Verônica da Rocha Vieira**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

### **RESUMO EXPANDIDO**

Este trabalho apresenta parte das atividades de pesquisa desenvolvidas no Laboratório de História e Memória Clio-Psyché, criado em 1998 e vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Desde 2016, o acervo do Clio-Psyché foi institucionalizado, atuando como centro de referência nacional na preservação, organização e estudo da memória e história da Psicologia no Brasil. Entre suas frentes, destacam-se projetos dedicados à custódia, conservação, descrição e disponibilização de arquivos pessoais de profissionais que desempenharam papel relevante na constituição e profissionalização da Psicologia enquanto ciência e profissão no país.

Dentre esses acervos, merecem destaque os arquivos pessoais de Alice Madeleine Galland de Mira (1916-2010), Heliana de Barros Conde Rodrigues (1949-2024) e Isabel Adrados (1919-2005), cujas trajetórias acadêmicas, profissionais e institucionais refletem as transformações da Psicologia brasileira ao longo do século XX. Esses arquivos reúnem documentos pessoais e profissionais, como manuscritos, correspondências, publicações, registros administrativos, fotografias, gravações audiovisuais e objetos tridimensionais, constituindo-se como fontes documentais essenciais para pesquisadores interessados em compreender os processos históricos de formação, circulação e institucionalização do conhecimento psicológico no Brasil.

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de organização, institucionalização e tratamento técnico dos arquivos pessoais sob a guarda do Laboratório Clio-Psyché, refletindo sobre a importância da aplicação dos métodos

arquivísticos para a pesquisa histórica em Psicologia e para a garantia do acesso público à memória documental da área. Adotamos uma metodologia baseada em procedimentos técnicos previstos na Arquivologia, desde o recebimento do acervo, formalização da custódia por meio de contrato de termo de doação, higienização, identificação documental, definição de critérios de arranjo e classificação, até a descrição de documentos conforme as Normas de Descrição Arquivística vigentes.

A análise do material evidenciou que muitos desses arquivos chegaram ao laboratório sem um sistema de arranjo identificável e demandaram um trabalho de identificação de vínculos documentais, reconstituição da organicidade e contextualização de séries e dossiês. Para isso, foram empregadas as diretrizes da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), associadas à Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G) e à metodologia de descrição multinível. Os procedimentos compreendem desde o levantamento documental, análise de conteúdo, identificação de contextos de produção e função dos documentos até a definição de um quadro de arranjo, estruturado em níveis como seção, série, dossiê e item documental.

Os resultados apontam para desafios frequentes na gestão de arquivos pessoais, como a ausência de registros de proveniência, a dificuldade de reconstrução da organicidade documental e a necessidade de adequação física e ambiental para a conservação de documentos analógicos e digitais. Para assegurar a preservação física, adotaram-se medidas de controle de temperatura, umidade relativa do ar e armazenamento adequado. Paralelamente, encontra-se em curso a digitalização dos arquivos, com vistas à ampliação do acesso às fontes documentais e à proteção dos originais.

Como ferramenta para disponibilização pública, o Laboratório optou pelo uso do software Access to Memory (AtoM), reconhecido internacionalmente para a descrição e gestão de acervos arquivísticos. A adoção desse sistema permitirá, em breve, a consulta online dos arquivos pessoais custodiados, ampliando o alcance das informações sobre a história da Psicologia no Brasil e, especialmente, sobre a atuação de mulheres na constituição desse campo científico e profissional. Ao proporcionar visibilidade à trajetória desses profissionais, o projeto contribui para o resgate de

narrativas frequentemente negligenciadas, enfrentando processos históricos de apagamento da memória feminina na ciência.

Por fim, a experiência confirma a relevância da integração entre os campos da Arquivologia e da História da Psicologia, demonstrando como a aplicação de técnicas arquivísticas não apenas preserva e organiza a documentação histórica, mas também potencializa o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e a democratização do acesso à memória científica e institucional. O Clio-Psyché, nesse sentido, cumpre papel formador e socialmente relevante, promovendo a valorização do patrimônio documental e a reflexão crítica sobre a constituição histórica da Psicologia brasileira.

**Palavras-chave:** História da Psicologia; Formação e construção do conhecimento; Mulheres; Arquivos pessoais; Organização de acervo.

## REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.
- CAMPOS, R. H. F.; MASSIMI, M. Arquivos e bibliotecas para a história da psicologia brasileira. In: BROŽEK, J.; MASSIMI, M. (org.). **Historiografia da psicologia moderna: versão brasileira**. São Paulo: Unimarco Editora, 1998. P. 305-314.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução n. 28**, de 17 de Fevereiro de 2009. Dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e estabelece a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos – CODEARQ. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resoluc\\_ao-no-28-de-17-de-fevereiro-de-2009](https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resoluc_ao-no-28-de-17-de-fevereiro-de-2009). Acesso em: 20 jun. 2023.
- JACÓ-VILELA, A. M. et al. História da psicologia: construindo narrativas por meio de análise de documentos e outras fontes. In: SOARES, A. B. et al. (org.). **Metodologia qualitativa: técnicas e exemplos de pesquisa**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2022. V. 1, p. 17-38.
- PAES, M. L. Arquivo: teoria e prática. 3. Ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002. 225 p.

## **Arquivos pessoais em bibliotecas: organizando o acervo Bella Jozef**

**Amanda Barbosa Vilela**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Cila VS Borges**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Lucas Silva Alves**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

### **RESUMO EXPANDIDO**

Trata-se de um relato de experiência profissional, a respeito da organização de parte do arquivo pessoal da Professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bella Karacuchansky Jozef, o qual faz parte da Coleção recebida pela Biblioteca José de Alencar no ano de 2012. O objetivo da organização deste acervo arquivístico é torná-lo disponível para a consulta de pesquisadores da área das Ciências Humanas, Linguística, Letras, Artes e de outros campos do conhecimento. A análise da coleção revela uma riqueza de elementos que vão além do simples acervo bibliográfico e arquivístico, oferecendo um panorama mais amplo do universo intelectual e social de Bella Jozef. Suas características específicas, como a seleção de obras de literatura hispano-americana de autores de vários países, as dedicatórias manuscritas e os documentos pessoais, funcionam como pistas que ajudam a compreender suas preferências, influências acadêmicas e relações sociais.

Antes disso, é importante mencionar resumidamente quem foi esta acadêmica. Segundo documentos localizados em seus arquivos, Bella Jozef iniciou sua vida profissional como professora da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Criou centros culturais para incentivar a vinda de escritores brasileiros para o Estado, o que possibilitou, na década de 60, a visita de Manuel Bandeira, Josué Montello e Moacyr Costa Lopes no Colégio Estadual Sousa Aguiar. Também criou grupos teatrais, como “Os pirilampos”, que encenaram peças infantis em diversos espaços.

De acordo com Val *et al.* (2013) Bella Jozef também foi pesquisadora e crítica literária. Em 1957, ingressou por concurso para a cátedra de Literatura Hispano-

Americana, na então Universidade do Brasil, sucedendo Manuel Bandeira. Lecionou por sessenta cinco anos nesta instituição e foi pioneira no ensino da literatura hispano-americana, em especial nas obras de Jorge Luís Borges. Publicou diversos livros, antologias, artigos, ensaios, críticas literárias em diversos jornais e revistas, recebendo vários prêmios no Brasil e no exterior. Sendo assim, é perceptível a sua contribuição para o desenvolvimento técnico científico neste ramo do conhecimento.

Segundo Val *et al.* (2013), após seu falecimento em 2010, seu acervo particular foi doado à Biblioteca da Faculdade de Letras da UFRJ, conforme pedido da professora. O acervo bibliográfico é composto de aproximadamente 5 mil volumes de livros e periódicos, a maioria já disponível para consulta local. São obras relacionadas à literatura brasileira e de outros países, especificamente à literatura hispano-americana, as quais representam um dos acervos mais importantes da área no Brasil. Para tal, abordaremos os conceitos de coleção e memória, como um modo de estabelecer a relação entre uma coleção de livros, documentos e a memória social.

Ao estudar a coleção, podemos perceber que ela não se limita à acumulação de livros, mas também funciona como um arquivo de memórias e conexões pessoais. Os documentos transcritos publicados em livros e artigos reforçam essa ideia, pois representam registros que complementam o acervo bibliográfico e sobre o contexto de sua vida e amigos escritores.

O acervo arquivístico começou a ser organizado somente em março de 2024, após doze anos de sua chegada à Biblioteca, devido à falta de pessoal para executar esta atividade. Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística de São Paulo, os arquivos podem ser definidos como conjuntos que, independentes de sua natureza ou suporte físico, são reunidos por acumulação natural, por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, no exercício de suas atividades (Camargo; Bellotto, 1996, p. 5). Em relação aos arquivos pessoais, “é comum o recebimento, criação e a acumulação de documentos: manuscritos, contas de consumo, de cobranças, cartas, convites, bilhetes, certidões, recortes de jornais, fotografias, diários, cadernos de receita”, são exemplos de documentos recorrentes nas vidas das pessoas. (Memória..., 2021). Aqui compete apresentarmos o conceito de coleção adotado neste trabalho: “conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado

preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público” (Pomian, 2004, p. 53). Até junho de 2025, foram identificados os seguintes documentos produzidos e acumulados pela professora Bella Jozef: relatos de pesquisa, estudos teóricos, artigos de revistas e jornais, correspondências com intelectuais brasileiros e estrangeiros, manuscritos, fotografias, certificados, convites e materiais audiovisuais. Apesar de alguns documentos relacionados à vida pessoal da professora terem sido encontrados, foi possível observar que, a maioria deles se refere à atuação profissional da titular. Logo, duas fontes são primordiais para conhecimento de dados biográficos da professora, para organização de seus documentos e da elaboração da classificação funcional deste acervo: o currículo localizado e registrado na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) e as várias versões do currículo profissional localizados em seu arquivo (Magalhães; Campos, 2018).

Sobre o contexto de conservação desses documentos, é importante mencionar que eles estavam acondicionados de maneira inapropriada, em pastas e sacolas plásticas que estavam dentro de caixas de papelão sem nenhuma identificação e organização. Logo, para iniciar o tratamento técnico deste acervo, foi preciso retirar os documentos desta condição. Esta tarefa foi iniciada em março de 2024 e foi finalizada em dezembro de 2024. Neste momento, também foi verificado o estado de conservação dos mesmos. Quando Teijgeler (2007, p. 127) afirma que, conservar os documentos em caixas apropriadas têm muitos benefícios, significa que este tipo de acondicionamento os protege contra poeiras e sujidades, permite o transporte seguro e uma certa proteção em caso de incêndios ou inundações, por exemplo. Além disso, as caixas específicas para documentos de arquivo e invólucros podem ajudar no caso das flutuações térmicas, ambientes úmidos, comuns em climas tropicais como no Brasil, pois cria um microclima em volta do documento.

Após este processo, os documentos foram colocados em estantes e mensurados, totalizando aproximadamente 11,7 metros lineares de documentos. Com os documentos fora das sacolas e das pastas, foi iniciado em abril de 2025 o processo de organização para futura identificação, higienização e descrição. A tarefa está sendo executada por uma bibliotecária da instituição com formação em Arquivologia e com o apoio de outros dois bibliotecários da Instituição. Para futura elaboração da Classificação Funcional do Arquivo Pessoal Bella Jozef, foi feita uma visita técnica ao

Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes da UFRJ em fevereiro de 2025, a fim de verificar e utilizar como modelo, as Classificações Funcionais dos Arquivos Pessoais de Professores existentes.

Esta metodologia de organização, justifica-se em Rodrigues (2013). Segundo a autora, para que se organize arquivos permanentes usando a tipologia documental como método, é necessária a identificação, a classificação e a descrição dos documentos. Rodrigues (2013, p. 10) afirma que, no que diz respeito ao tratamento de fundos depositados em arquivos permanentes, a identificação tem se revelado uma ferramenta eficaz para recuperar a proveniência e a organicidade perdidas nos processos de acumulação de documentos. Logo, identificar os documentos trata-se de uma tarefa de pesquisa sobre os elementos que caracterizam o órgão produtor e suas funções e atividades e a tipologia documental denomina os tipos e séries documentais. A organização compreende as etapas de classificação e ordenação e a descrição é uma fase que se relaciona com o acesso à informação, pois não bastam que os documentos estejam organizados, é preciso que estejam acessíveis, pois “o acesso ao acervo, finalidade dos arquivos, só é possível através de instrumentos de pesquisa”. Assim, esta tarefa “consiste na elaboração de instrumentos de que representem o arquivo e suas partes” (Rodrigues, 2013, p. 11).

A organização desse acervo representa muitos desafios, pois o mesmo apresenta diversos tipos de documentos, que precisam ser analisados e identificados nos seus contextos de produção. Como trata-se de um fundo que veio para Biblioteca fragmentado, é considerado uma amostra. Alguns resultados parciais podem ser citados: em relação à conservação dos documentos, se encontram em bom estado. Poucos apresentaram mofo, traças e brocas. Aqueles que estavam em mal estado de conservação foram separados para não haver contaminação dos demais. Após prévia identificação, os documentos estão sendo acondicionados em caixas-box. Do total da massa documental acumulada, 7,6 metros, já foram guardados para posterior classificação, organização e higienização.

Em relação à identificação dos documentos: a partir da organização, higienização, do melhor acondicionamento e da elaboração da Classificação Funcional Preliminar do Arquivo Pessoal Bella Jozef, será possível a descrição e disponibilização dos documentos para pesquisa. Também será possível elaborar o inventário do acervo.

Ainda não foi possível identificar a data-limite do mesmo, mas estima-se que se tratem de documentos da década de 1950 até início dos anos 2000. Constatou-se também a presença de materiais híbridos, mimeografados, xerocados, datilografados e impressos com jato de tinta, demonstrando que a professora Bella Jozef viveu em um momento de transição tecnológica.

Com a futura disponibilização desses documentos para pesquisa, será possível investigar, por exemplo, a rede de relacionamentos da professora Bella Jozef. Outra investigação possível, seria sobre seus métodos de ensino, visto que “os professores desenvolvem um trabalho de mediação intelectual que os coloca como divulgadores de conhecimentos produzidos por outrem” (Xavier; Robert, 2021, p. 4).

Entende-se assim, a importância dos arquivos e de sua organização, pois segundo Schellenberg (2006, p. 41) “as características essenciais dos arquivos relacionam-se com as razões pelas quais os documentos vieram a existir e com as razões pelas quais foram preservados”.

Ressaltam-se as dificuldades encontradas na organização de arquivos em bibliotecas. Ao passo que os arquivos são órgãos receptores, as bibliotecas são colecionadores. Outra diferença está relacionada ao fato de que os arquivos são resultados de uma atividade funcional regular, consequência de uma atividade organizada. Desta maneira, entende-se que os métodos empregados nos documentos de arquivos não podem ser iguais aos materiais de biblioteca. Enquanto o arquivista analisa um documento em relação aos outros e da atividade que os produziu, o bibliotecário avalia o material a ser adquirido como uma peça isolada. Por exemplo, o termo classificação, utilizado por ambas as profissões, também difere do seu método. O arranjo dos arquivos está de acordo com a sua proveniência e em relação a organização e a função da entidade criadora. A classificação nas bibliotecas, pretende agrupar diversas peças seguindo um sistema lógico, atribuindo símbolos que mostram a posição nas estantes (Schellenberg, 2006).

Schellenberg (2006, p. 50) afirma que, mesmo com as diferenças encontradas, é possível que haja contribuições recíprocas em relação aos acervos, pois “bibliotecários e arquivistas compartilham o objetivo comum de torná-los acessíveis o mais eficaz e economicamente possível”.

Gabriela Bazan Pedrão e Eduardo Ismael Murguia descrevem que:

As coleções são todas pequenas junções sagradas de diferentes passados, fugas do presente, afirmações de personalidade, de saudade e esperança, missões de resgate destinadas a salvar da extinção algo que outros não hesitariam em jogar fora. Assim, colecionar é sempre preencher um vazio. A coleção sempre sobreviverá como um conjunto, um organismo ou personalidade e, esteja onde estiver, sempre falará pelo colecionador. (Bazan Pedrão; Murguia, 2013, p. 413).

Por fim, ao aprofundar-se na análise do acervo bibliográfico e arquivístico da professora Bella Jozef, é possível explorar potencialidades que vão desde a compreensão das preferências literárias até a reconstrução de redes sociais e culturais, oferecendo múltiplas camadas de leitura e interpretação, contribuindo significativamente para o entendimento da trajetória intelectual e social da acadêmica.

Os significados desses acervos, muitas vezes são difíceis de recuperar, então cabe ao Arquivo e a Biblioteca atribuírem novos significados a eles. Dessa forma, a memória literária também surge como uma alternativa valiosa, conectando a memória individual e coletiva. Ao analisar a coleção, foram encontradas primeiras edições de autores brasileiros, além de edições autografadas e com dedicatória, o que enriquece ainda mais essa conexão com a história e a cultura (Santos; Albuquerque, 2010).

Destaca-se que, o ato de doar uma coleção é uma transferência de significados, onde o lado doador confia que a mesma será preservada com o mesmo cuidado e respeito que tinha anteriormente, mantendo em uma sala separada para ela. Por outro lado, o receptor reconhece o valor informacional do material, pensando na sua importância para pesquisas futuras e para a comunidade atendida. É interessante notar que, o significado para o colecionador é intransferível, pois envolve elementos pessoais e emocionais, como a posição do livro na prateleira, autógrafos, rasuras, e a relação afetiva com cada item. Ainda assim, a memória que essa coleção carrega pode ser reinterpretada, enriquecendo o entendimento de seu valor e história.

Neste sentido, a obrigação da Biblioteca José de Alencar é repensar a forma de valorizar o acervo doado e para isso é fundamental que ela interprete e transforme esses objetos, livros e documentos em elementos que possam servir ao social, promovendo conexões e significados mais amplos. Assim, o acervo passa a ser uma fonte de

informação e de memória coletiva, contribuindo para o fortalecimento da identidade e do entendimento social.

**Palavras-chave:** Arquivos pessoais; Arquivos e bibliotecas; Organização de arquivos; Literatura hispano-americana; Relato de experiência.

## REFERÊNCIAS

BAZAN PEDRÃO, Gabriela; MURGUIA, Eduardo Ismael. Formação das bibliotecas: uma abordagem desde a perspectiva do colecionismo. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, v. 19, n. 2, p. 396-414, jul./dez. 2013.

CAMARGO, Ana Maria Almeida de.; BELLOTO, H. L. (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CURRÍCULO da Professora Doutora Bella Karacuchansky Jozef. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3518494483020665>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

MAGALHÃES, Isabela Rocha Leão; CAMPOS, José Francisco Guelfi. Organização e descrição do arquivo de Roseni de Sena. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.8, n.1, p. 1-17, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17039>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

MEMÓRIA e Pesquisa: Arquivos Pessoais na Biblioteca Nacional. 2021. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/memoria-e-pesquisa-arquivos-pessoais-na-biblioteca-nacional/>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

POMIAN, Krzystof. Coleção. In: GIL, Fernando (Org.). **Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

RODRIGUES, Ana Célia. Organização de Arquivos Permanentes: usando a tipologia documental como método. In: **História, Arquivos & Mídias Digitais**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013, p. 114-130.

SANTOS, Admeire S.; ALBUQUERQUE, Ana C. Estudo do Tratamento Técnico das Obras Raras da Biblioteca Central da UFMT: uma proposta de manualização para critérios de raridade bibliográfica. **Biblionline** (João Pessoa), v. esp., p. 42-48, 2010. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/9619/5233>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TEIJGELER, René. **Conservação preventiva da herança documental em climas tropicais**. Biblioteca Nacional: Lisboa, 2007.

VAL, Rosângela Silva Coutinho. *et al.* Coleção especial Bella Jozef: como inserir as coleções especiais nos acervos das bibliotecas universitárias? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2013, p. 1-5. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/2450>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

XAVIER, Libânia Nacif; ROBERT, Mychelle Nelly Maia. Arquivos pessoais de professores: o que guardam e o que nos dizem? **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 20, p. 1-16, 2021. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/63324>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

## **Maura de Senna Pereira: organização de um arquivo pessoal**

**Miguel Ângelo dos Santos Demétrio**  
Universidade Federal de Santa Catarina

**Priscila Rosa Martins**  
Universidade Federal de Santa Catarina

**Aline Carmes Krüger**  
Universidade Federal de Santa Catarina

### **RESUMO EXPANDIDO**

Há certo costume em guardar documentos que testemunhem momentos da trajetória de vida, sejam das relações pessoais ou profissionais. De maneira geral, esses documentos podem ser cartas, fotografias, registros de viagens, ingressos, comprovantes, pequenos relicários. Quando tomados em conjunto, podem revelar não apenas a trajetória de vida, mas também gostos, hábitos e valores de quem os guardou, constituindo um arquivo pessoal.

Os Arquivos Pessoais são uma fonte de pesquisa e os estudos sobre eles vão além do conhecimento de por que guardar e o que guardar, é um debate sobre os motivos que levam a alguém a preservar os seus documentos, quem deve ter os seus acervos recolhidos aos arquivos públicos, à relação da memória com os arquivos pessoais e o seu legado à sociedade.

O Núcleo Literatura e Memória (nuLime) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem em seu acervo documentos da escritora catarinense Maura de Senna Pereira – MSP (1904-1992), professora, jornalista, primeira mulher a assumir uma cadeira na Academia Catarinense de Letras, sendo atuante também no Rio de Janeiro no Centro Catarinense e em outras organizações, em que promoveu discussões acerca do direito ao voto, ao divórcio e equidade de salário.

O arquivo MSP recebeu um primeiro tratamento como parte de projeto desenvolvido entre os anos de 2008 a 2015, baseado em preceitos literários e biblioteconômicos (Bordini, 1995). Orientadas pelos fundamentos da Arquivologia, em 2024, tiveram início as ações do projeto de extensão (n. 202403593) “Maura de Senna Pereira: organização de um arquivo pessoal” o qual tem por objetivo percorrer, de forma

teórica e prática, as diferentes etapas de processamento desse arquivo pessoal, e aportar informações que contribuam para qualificar o acesso à documentação. Além disso, foi fonte-documental de pesquisa de doutoramento de uma das integrantes do projeto e de sua orientadora (Martins, 2025).

A organização de um arquivo pessoal compreende as atividades de diagnóstico, classificação, descrição, conservação, armazenamento e difusão. Os procedimentos metodológicos estão baseados nos trabalhos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC, 1998), no Manual de organização de arquivos pessoais (Fiocruz/COC, 2015) e no Inventário Zila Mamede (Campos, 2017).

Como resultado do projeto de extensão no primeiro semestre de 2025, foram realizadas atividades de leitura, organização, indexação, análise documental e ações de divulgação sobre a memória da escritora. O trabalho prático resultou na identificação e descrição de 99 documentos pertencentes à caixa 001-250 do acervo até o momento, seguindo o primeiro tratamento do arquivo, sendo registrado na tabela compartilhada em Excel informações referentes à descrição, anotações, gênero, espécie, tipo documental e medidas físicas. Além disso, foram transcritos 24

Documentos, sendo correspondências e cartões postais. Os gêneros que predominaram foram os jornais (64) e correspondências (33), com destaque para tipos documentais como notícias sobre a autora (46), textos de autoria pessoal (13) e documentos recebidos por ela (22).

Espera-se ao fim do projeto a elaboração e publicação de uma ferramenta de apoio (inventário), com vistas a favorecer a identificação, localização e pesquisas no acervo. Nesse ínterim, o arquivo tem se tornado mais acessível, sendo consultado para atividades de ensino, como na disciplina de Descrição; passou a integrar o Guia Arquivos Pessoais de Mulheres em Santa Catarina (Schütz, 2025); entre outros.

Observamos por meio de um olhar arquivístico a construção de um arquivo pessoal, lembrando a maneira como este olhar nos ajuda a decifrar, a partir do presente, o cotidiano de culturas. Pretendemos, portanto, observar um movimento memorialístico por meio de narrativas que articulam memórias provindas da experiência de si, utilizando-se da constituição de um arquivo pessoal, contribuindo para novas discussões no campo da Arquivologia.

**Palavras-chave:** Arquivos Pessoais; Arquivos de mulheres; Escritoras; Arquivologia; Literatura Catarinense.

## REFERÊNCIAS

BORDINI, Maria da Glória. (org.). **Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS**. Porto Alegre: EdiPucrs, 1995. V. 1

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivo Zila Mamede: **Inventário** / José Francisco Guelfi Campos. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017.

CPDOC. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC**. 4. Ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. **Manual de organização de arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015.

MARTINS, Priscila Rosa. **Do acervo literário para o arquivo pessoal: percursos com Maura de Senna Pereira**. 2025. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 17 mar. 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/265177>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SCHÜTZ, Karla Simone Willemann. **Guia Arquivos Pessoais de Mulheres em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. do autor, 2025.

## **Arquivo pessoal de Edna Luísa de Melo Taveira: uma abordagem etnográfica**

**Ana Cristina de Menezes Santoro**  
Universidade Federal de Goiás

### **RESUMO EXPANDIDO**

Arquivos pessoais de antropólogos oferecem acesso privilegiado a distintos contextos de produção intelectual nas ciências sociais, permitindo reconstruir trajetórias acadêmicas e reconhecer a diversidade de experiências e temas de pesquisa. Possibilitam identificar atividades profissionais, redes de relações e de sociabilidade que foram estabelecidas entre intelectuais e interlocutores. O arquivo pessoal da antropóloga Edna Luísa de Melo Taveira está inserido nesse contexto. Os documentos guardam vestígios de seus percursos de pesquisa e de atuação profissional.

O arquivo pessoal de Edna Taveira apresenta diversas possibilidades de estudo, desde a história da Antropologia até a institucionalização da disciplina em Goiás. Permite perceber seus interesses, referenciais teóricos e caminhos de condução das pesquisas, que reuniram um olhar especial, estabelecido na intercessão de duas grandes áreas de conhecimento: a Antropologia e a Museologia, campo ao qual se dedicou a partir de sua atuação no Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. Além desses aspectos, o arquivo da Profa. Edna Taveira, tal qual de outros antropólogos, contém parcelas de memória das sociedades indígenas estudadas, agregando, entre outros registros, entrevistas, fotografias, filmes e correspondências.

Os documentos que compõem o arquivo Profa. Edna Taveira foram reunidos por ela por quase 50 anos. São textos, documentos, fotografias, desenhos e áudios que nos permitem compreender as suas contribuições para o Antropologia, Museologia e Educação. O objetivo proposto, neste trabalho, é refletir sobre os percursos e trajetórias da Profa. Edna no campo da Antropologia a partir da abordagem etnográfica de seu arquivo, o que permite estabelecer elementos para o conhecimento, não só de sua trajetória profissional, mas da metodologia de pesquisa que estabeleceu em sua prática etnográfica entre o povo Karajá. A etnografia do arquivo permite remontar esta metodologia ao evidenciar ferramentas e instrumentos dos quais a pesquisadora se utilizava, bem como identificar comportamentos e interesses dela.

Como metodologia, tendo como base a ideia de que lidamos com duas trajetórias, de vida e do arquivo pessoal, partimos da história do arquivo e de seu tratamento técnico. A etnografia do arquivo, nesse contexto, permite perceber, entre outras questões, a interferência de Edna na trajetória do arquivo, sobretudo como construção de uma memória destinada ao Museu Antropológico. A partir desta etnografia da constituição do arquivo, lançaremos foco nos percursos de Edna Taveira no campo da Antropologia. Ainda que os documentos possibilitem estudar suas referências teórico-metodológicas, seus trânsitos e redes estabelecidas, além da história da Antropologia em Goiás, nos voltaremos para a análise de sua prática de pesquisa etnográfica, relacionada, sobretudo, à cultura material indígena. Neste contexto, a etnografia do arquivo promove a “reconstrução” de seu método, suas técnicas e instrumentos empregados em suas pesquisas, aprofundando a observação de sua técnica, com destaque para seu emprego nos trabalhos de campo. A leitura etnográfica do arquivo pessoal de Edna Taveira nos leva à consolidação de sua estrutura de pensamento e prática científica, além de evidenciar as interlocuções que estabeleceu na realização de seu trabalho, sejam elas com instituições, pesquisadores ou lideranças indígenas.

Estudar os percursos de Edna Taveira a partir de seu arquivo pessoal é entrar em contato com diferentes perspectivas e com um conhecimento aprofundado do universo de reflexões criado por ela. Nesse sentido, retomamos a importância dos arquivos pessoais de antropólogos e destacamos a ideia de Ellen Cristine Monteiro Vogas (2014) sobre os arquivos pessoais serem entendidos como vestígios de si e dos outros. No caso do arquivo da Profa. Edna, vestígios de si, dos outros e das coisas, pois guardam, com riqueza, documentos de suas pesquisas sobre cultura material.

**Palavras-chave:** Edna Luísa de Melo Taveira; Etnografia de arquivo; Karajá; Museu Antropológico; Goiás.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gustavo Oliveira. Museu Antropológico da UFG e o projeto integracionista da Nação: salvemos os objetos para os povos não se “perderem”. João Pessoa: 30<sup>a</sup> **Reunião Brasileira de Antropologia**, 2016. Disponível em:

[https://www.abant.org.br/files/1466456668\\_ARQUIVO\\_MuseuAntropologicodaUFGeoprojetointegracionistadaNacaoRBA.pdf](https://www.abant.org.br/files/1466456668_ARQUIVO_MuseuAntropologicodaUFGeoprojetointegracionistadaNacaoRBA.pdf) Acesso em: 18 maio 2025.

BARBOSA, Juarez Costa e FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. Museu Antropológico: Memória e História. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia, Kelps, nº21, p. 59-78, 2009. Disponível em: <https://ihgg.org/wp-content/uploads/2019/04/REVISTA-IHGG-21-2009.pdf> Acesso em: 09 maio 2025.

BOADAS, Joan. Os arquivos pessoais: definição, avaliação e organização. In: **Encontro Nacional de Arquivos Pessoais**, 1998, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia e Patrimônio**: entre documentos e acervos. São Paulo: EDUC, 2008.

CASTRO, Celso; CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Quando o campo é o arquivo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 3-5, 2005.

GOMES, Christiane Maria Cruz. **Museus universitários e produção de conhecimento**: entre pesquisa, ensino e extensão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

HEYMANN, Luciana. **Arquivos pessoais**: reflexões teóricas e práticas de organização. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 71-88, jan./jun. 2005.

KNAUSS, Paulo. Museus universitários: territórios do saber, territórios da memória. In: **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 9-23, 2009.

LIMA, Nei Clara. Percursos da Antropologia em Goiás. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 225-231, 2014.

VOGAS, Ellen Cristine Monteiro. Berta Gleizer Ribeiro: da militância ao afeto, o percurso de uma antropóloga. Terceiro Milênio: **Revista Crítica de Sociologia e Política**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.122-136, 2014. Disponível em: <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/75/100> Acesso em: 10 jul. 2025.

## **A classificação arquivística das fotografias em acervos privados e pessoais**

**Fernanda da Costa Monteiro Araújo**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

### **RESUMO EXPANDIDO**

Este trabalho faz parte dos resultados encontrados até o momento no projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) intitulado “A classificação arquivística em acervos fotográficos históricos – organicidade e funcionalidade”. Este trabalho abordará a importância da classificação das fotografias em acervos privados e pessoais na perspectiva da Arquivologia, ou seja, destacando a organicidade do acervo como uma condição fundamental para facilitar a pesquisa, preservação e acesso às fotografias, garantindo que elas possam ser localizadas e utilizadas de forma eficiente. Assim a presente pesquisa está diretamente relacionada com os desafios enfrentados pelas instituições de guarda de acervos no sentido de garantir uma gestão arquivística apropriada com ênfase na representação dos contextos de produção de fotografias em acervos privados e pessoais.

É necessário entender o significado e o contexto de produção das fotografias dentro de um conjunto mais amplo de documentos guardados por um determinado produtor, além de conhecer os motivos pelos quais determinada foto faz parte de um arquivo. A representatividade de uma fotografia pode variar de um produtor para outro, e segundo Duranti e Franks (2015, p. 272, tradução nossa) "o significado das fotografias não é inerente nem observável, nem singular nem estável. Os fatos comunicados em forma visual pelas fotografias não são inertes nem neutros". O significado do conteúdo de uma fotografia é historicamente situado, socialmente construído e culturalmente constituído. Aí reside a dificuldade em representar esses contextos de produção nos arquivos privados e pessoais.

À vista disso, a pesquisa em questão pretende investigar como os contextos de produção de fotografias são representados nos instrumentos de classificação elaborados pelas instituições selecionadas que custodiam arquivos pessoais no município do Rio de Janeiro. Tal investigação justifica-se pela importância em conhecer e manter o significado destes documentos ao longo do tempo, além de aprofundar as

discussões acerca da produção de instrumentos destinados a classificação de documentos e de que forma estes podem interferir na manutenção dos vínculos entre os documentos e no acesso à informação orgânica que é característica singular dos documentos de arquivo.

Dentre os documentos iconográficos, as fotografias são espécies documentais muito presentes nos acervos pessoais. Possuem, tanto as fotografias analógicas, como as fotografias digitais, uma preocupação quanto a sua guarda diferenciada, preservação e organização. O objetivo é discutir a importância da classificação arquivística nas fotografias de arquivos privados e pessoais, partindo do pressuposto de que tais documentos fazem parte das atividades desenvolvidas pelas pessoas e/ou famílias da mesma forma que os documentos tradicionais em papel e que, portanto, precisam ser classificadas no seu contexto orgânico de produção como qualquer outra tipologia documental do acervo.

**Palavras-chave:** Classificação Arquivística; Organicidade; Fotografias; Acervo pessoal.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: [http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic\\_term\\_arq.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf). Acesso em: 05 mar. 2024.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Gestão Documental Aplicada*. São Paulo: **Arquivo Público do Estado de São Paulo**, 2008. 54 p. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/GESTAO\\_DOCUMENTAL\\_APLICADA\\_leda.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/GESTAO_DOCUMENTAL_APLICADA_leda.pdf). Acesso em: 05 mar. 2024.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015.

FOSCARINI, Fiorella. Records Classification and Functions: An **Archival Perspective**. *Knowledge Organization*, v. 33, n. 4, 2006.

FOSCARINI, Fiorella. Understanding the context of records creation and use: 'Hard' versus 'soft' approaches to records management. **Archives and Manuscripts**, v. 10, 2010, p. 389–407.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**. Princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SOUSA, R. T. B. Alguns Apontamentos Sobre a Classificação De Documentos De Arquivo. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, vol. 8, nº 1/2, dezembro de 2014. DOI:10.36311/1981-1640. 2014 v.8 n.1e 2 p78.

## **A Fotografia em Contexto: Identificação Documental do Acervo Pessoal do Fotógrafo Sebastião Carvalho Leme**

**Thiago Rafael Martins**

Universidade Estadual Paulista – UNESP – PPGCI

### **RESUMO EXPANDIDO**

A identificação documental é um pilar metodológico da organização arquivística, desenvolvida para subsidiar o tratamento técnico de conjuntos documentais acumulados sem sistematização prévia (Rodrigues, 2011). Esta prática tem como objetivo o reconhecimento dos elementos constitutivos dos documentos, buscando compreendê-los em sua integralidade mediante a análise de seu contexto produtivo, funções administrativas ou pessoais, e relações orgânicas estabelecidas no interior do acervo.

No que concerne aos arquivos pessoais, a identificação documental demanda abordagens metodológicas específicas, conforme estabelece o Manual de Organização de Arquivos Pessoais da Casa de Oswaldo Cruz (2015, p. 23). Assim, dois eixos devem ser considerados de forma articulada. O primeiro relaciona-se à reconstituição do contexto de formação do arquivo, que no caso específico dos arquivos pessoais corresponde à trajetória biográfica e profissional do produtor, permitindo assim a análise dos condicionantes históricos, sociais e culturais que influenciaram os processos de produção, seleção e acumulação documental. O segundo eixo diz respeito ao mapeamento sistemático das espécies e tipos documentais do acervo, com ênfase na sua análise orgânica e relacional, para o reconhecimento de sua natureza e função.

Dessa forma, a identificação documental aplicada a arquivos pessoais pode ser compreendida como uma prática que engloba simultaneamente o estudo da proveniência e das múltiplas relações orgânicas e contextuais estabelecidas entre os documentos. Trata-se de um processo metodológico que, através da análise dos documentos e de suas inter-relações internas e externas, possibilita a elaboração de um quadro de arranjo coerente com a lógica organizativa original do produtor do acervo.

Isto posto, este estudo origina-se de uma trajetória investigativa iniciada na graduação em Arquivologia e aprofundada no presente mestrado. Assim, este relato de

experiência tem como objeto de análise o acervo pessoal do fotógrafo Sebastião Carvalho Leme, custodiado pela Câmara Municipal de Marília, cujo fundo documental abrange registros fotográficos de aproximadamente seis décadas, com destaque para a produção na região centro-oeste de São Paulo, particularmente na cidade de Marília (SP). O acervo é composto por 30.101 itens documentais, sendo a maioria fotografias em diferentes suportes e formatos, das quais 1.240 já foram identificadas.

Para a realização da identificação das fotografias, foram estabelecidos critérios metodológicos baseados nas diretrizes propostas pela Casa de Oswaldo Cruz (2015) e Camargo (2007). Os critérios organizaram-se em três dimensões analíticas inter-relacionadas. A primeira dimensão, de caráter técnico, envolveu a identificação sistemática das características físicas das fotografias, como suporte, formato, cromaticidade e tipo de registro. A segunda dimensão, de natureza funcional, dedicou-se à compreensão das finalidades originais dos documentos no momento de sua produção e uso efetivo pelo produtor do acervo. Por fim, a terceira dimensão, de caráter contextual, voltou-se para a identificação dos vínculos estabelecidos entre as imagens fotográficas e as pessoas, lugares ou eventos nelas registrados.

Para aplicar os critérios metodológicos, elaborou-se uma ficha de análise documental adaptada às particularidades do fundo. O instrumento incluiu campos padronizados para registro de informações como data precisa ou estimada de produção, local de produção identificado ou estimado, autoria/produção documental, conteúdo das imagens, incluindo a identificação de pessoas, objetos, lugares e ações representadas, além de um campo específico para observações técnicas sobre o estado de conservação, existência de anotações no verso ou quaisquer outros sinais de intervenção física nos documentos.

Desse modo, a utilização sistemática da ficha possibilitou a padronização do registro das informações observadas nos documentos e a construção de um banco de dados relacional, que serviu de base para a posterior identificação e classificação das práticas fotográficas de Sebastião Leme.

Conclui-se que a identificação documental é uma etapa basilar na organização de arquivos pessoais, sobretudo os fotográficos. A experiência com o acervo Leme evidenciou tanto a aplicabilidade da teoria arquivística à fotografia quanto a necessidade premente de instrumentos técnicos que contemplem a

multidimensionalidade das imagens. Os procedimentos adotados servem, assim, de subsídio para futuras iniciativas no tratamento de acervos pessoais de fotógrafos, contribuindo para o aprimoramento das práticas na área.

**Palavras-chave:** Arquivo Pessoal; Identificação Documental; Sebastião Carvalho Leme; Fotografia; Arquivologia

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Tempo e circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2007. 316 p.

CASA OSWALDO CRUZ/FUNDAÇÃO OS WALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Manual de organização de arquivos pessoais.** Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015. 84 p.

FONSECA, G. A. da; RODRIGUEZ, S. M. T. A contribuição da identificação documental para a organização do conhecimento em arquivos pessoais. In: DODEBEI, V.; GUIMARÃES, J. A. C. **Organização do conhecimento e diversidade cultural.** Marília: 2015, p. 338-343.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação arquivística: subsídios para a construção teórica da metodologia na perspectiva da tradição brasileira. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 12., 2011, São Paulo.** Anais [...]. São Paulo: ANCIB. 2011.

## **A iconografia do arquivo pessoal da matemática Estela Kaufman Fainguelernt**

**Lorena dos Santos Silva**  
Museu de Astronomia e Ciências Afins

### **RESUMO EXPANDIDO**

Estela Kaufman Fainguelernt nasceu em 23 de julho de 1933 na cidade do Rio de Janeiro, embora tenha sido registrada em 23 de outubro. Faleceu na mesma cidade em 05 de dezembro de 2015. Ingressou no curso de Matemática na Faculdade Nacional de Filosofia, posteriormente Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluindo em 1955. Teve importante participação em diferentes grupos de pesquisa sobre Educação Matemática. Em 1976, juntamente com diferentes professores, como por exemplo Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, criou o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (GEPEM). Esse grupo rendeu bons frutos, tais como o Curso de Especialização (Lato Sensu) em Educação Matemática, que, posteriormente, deu origem ao primeiro Mestrado em Educação Matemática na Universidade Santa Úrsula, em 1989 (Salvador, 2012).

Em 2015, iniciou-se conversas entre os filhos de Estela, Jacob e Daniel Fainguelernt, e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) sobre a doação do arquivo pessoal da mãe à instituição. Demonstrado o interesse para aquisição do conjunto documental, iniciou-se os procedimentos para doação, sendo finalizada em julho de 2016 com a assinatura do termo de doação (Lima, 2020).

O arquivo pessoal de Estela Kaufman Fainguelernt é composto por diferentes espécies e tipos documentais, oriundos de sua atuação profissional em diferentes entidades, além daqueles que comprovam suas relações familiares e sociais. Esse conjunto documental encontra-se em processo de descrição, de acordo com seu respectivo arranjo. Todavia, pode ser acessado por qualquer cidadão, o que vai ao encontro do determinado na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), cujo acesso é regra e sigilo, exceção.

Uma parcela significativa do conjunto de documentos da matemática é composta pelos documentos iconográficos. Segundo o Dicionário de Terminologia

Arquivística, documento iconográfico é “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras” (Arquivo Nacional, 2005, p. 76). O arquivo de Estela Kaufman compreende cerca de 2000 documentos iconográficos, contando fotografias, negativos e gravuras. Esses itens documentais foram identificados e arranjados de acordo com os contextos de produção pelos quais foram produzidos e acumulados. Posteriormente, os dossiês – menor nível de descrição de acordo com a metodologia aplicada aos arquivos pessoais custodiados pelo Arquivo de História da Ciência do MAST – foram descritos. Essa abordagem evidencia não somente a relação intrínseca entre esses documentos e a produtora, mas também entre eles e os outros itens do arquivo que, porventura, se associem. É importante ressaltar que as fotografias, negativos e gravuras são acondicionados apropriadamente de acordo com suas especificidades. Esse trabalho é realizado pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos em Papel – LAPEL por profissionais altamente qualificados que, levando em conta as condições necessárias para preservação desses documentos, realizam seu tratamento.

Os documentos iconográficos pelas suas especificidades são um grande desafio ao arquivista no que tange à organização e tratamento, uma vez que se faz necessário estabelecer o vínculo orgânico existente entre esses itens documentais, sua produtora e os demais elementos do arquivo pessoal. Essas atividades são, muitas vezes, dificultadas pela forma de acumulação e pelas lacunas que esses documentos trazem quando recolhidos à instituição de custódia. Todavia, os materiais iconográficos fornecem um grande potencial de pesquisa, pois apresentam imagens fixas que podem transmitir diferentes percepções de pessoas, eventos ou lugares, se comparados aos tradicionais documentos em papel.

**Palavras-chave:** Arquivo pessoal; Documento iconográfico; Museu de Astronomia e Ciências Afins

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de->

[conteudo/publicacoes/dicionario\\_de\\_terminologia\\_arquivistica.pdf](#). Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações Previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art.216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de Janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm). Acesso em: 28 jun. 2025.

LIMA, Dayane Ponciano de. **A atividade docente da matemática Estela Kaufman Retratada em seu arquivo pessoal: um estudo da tipologia documental, 2020**. 100f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação de Acervos em Ciência e Tecnologia) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://site.mast.br/ppact/2020/dissertacao-completa/dayane-lima.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

SALVADOR, Marcelo Ferreira Martins. **Uma História de Paixão: Estela Kaufman Fainguelernt e o Ensino da Geometria, 2012**. 95 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134648>. Acesso em: 28 jun. 2025.

## **O arquivo pessoal de Luiz de Castro Faria como um legado para a história da antropologia e da arqueologia brasileira.**

**Jandine Santos da Silva**

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST

**Everaldo Pereira Frade**

Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST

### **RESUMO EXPANDIDO**

O presente estudo investiga a institucionalização dos arquivos pessoais no MAST, com foco no acervo de Luiz de Castro Faria, um dos principais nomes da antropologia e da arqueologia brasileira. Em relação a esse acervo, em particular, discutiremos a presença de um antropólogo em meio ao acervo do MAST, formado majoritariamente por arquivos ligados às ciências exatas e da terra, destacando os meandros da ação de captação e formação do acervo por parte da instituição.

A trajetória de Castro Faria (1913-2004), foi marcada por intensa produção científica, atuação institucional e participação em expedições etnográficas, tendo início nos estudos de história e de arqueologia no Museu Histórico Nacional. Em 1936, ingressou no Museu Nacional, onde atuou com importantes figuras como Roquette Pinto e Heloísa Alberto Torres. Foi estagiário, naturalista, chefe de divisão de antropologia e também diretor. Em 1938, participou, como representante do Museu Nacional, da expedição liderada por Claude Lévi-Strauss ao Mato Grosso e, posteriormente, realizou diversas excursões etnográficas, concentrando-se em materiais líticos e na ecologia das comunidades negras e indígenas brasileiras.

A atuação de Castro Faria ultrapassou os limites acadêmicos, inserindo-se também na elaboração de políticas públicas voltadas à proteção de sítios arqueológicos e à valorização do patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo os campos da antropologia e da arqueologia, além de contribuir na formação de novos pesquisadores e na criação de cursos de antropologia no Brasil.

Seu acervo, doado ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) em 2000, é composto por documentos textuais, tais como manuscritos, correspondências, cadernetas de campo, além de documentos iconográficos, cartográficos e

tridimensionais, refletem a riqueza de sua atuação intelectual. Nele, observam-se os princípios arquivísticos da proveniência, organicidade e ordem original, permitindo compreender sua trajetória acadêmica, seus métodos de trabalho e sua rede de relações acadêmicas e institucionais. Ao reunir elementos documentais diversos, o acervo pessoal torna-se uma ferramenta essencial para compreender a trajetória de um cientista e sua contribuição à sociedade.

Em suma, o acervo de Luiz de Castro Faria constitui um legado fundamental para a história da ciência no país. Sua conservação e organização pelo MAST asseguram não apenas a preservação da memória científica, mas também o acesso público e a continuidade das investigações sobre o passado e suas representações.

**Palavras-chave:** Acervo documental; Patrimônio cultural; Antropologia; Arqueologia.

## REFERÊNCIAS

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Arquivo Castro Faria**. Rio de Janeiro: MAST, 2025.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

## **Política de Aquisição de Arquivos Pessoais na cidade de João Pessoa: uma análise na Universidade Federal da Paraíba**

**Lesleyanne Rodrigues de Lima**  
UEPB/UFPB

**Ana Cláudia Cruz Córdula**  
UFPB

### **RESUMO EXPANDIDO**

A presente pesquisa tem origem nas inquietações suscitadas ao longo do desenvolvimento de uma dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Documental e Governança Arquivística (PPGDARQ). A proposta inicial do trabalho surgiu a partir do mapeamento evidenciado pelo estudo de Córdula e Silva (2023), a presença de arquivos pessoais já institucionalizados em diferentes instituições da cidade de João Pessoa (PB). Tal questionamento surgiu a partir da temática que venho desenvolvendo, que se ancora na elaboração de uma Política de Aquisição de Acervos Pessoais para a Associação de Memória Musical da Paraíba (MEMUS PB), tendo como ponto de partida o Arquivo Pessoal de Márcia Steinbach Silva Kaplan.

Este trabalho fornece uma base empírica para discutir os critérios e processos envolvidos na incorporação de arquivos pessoais à instituição, além de explorar os desafios relacionados à sua preservação e acesso.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a existência (ou ausência) de políticas de aquisição de arquivos pessoais na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A escolha pelo Arquivo Central e o Núcleo de Documentação Histórica e Informação Regional (NDIHR), pois ambas unidades acadêmicas incorporam e gerem arquivos privados.

A metodologia adotada configura-se como uma pesquisa bibliográfica do tipo exploratória e de natureza qualitativa, combinando pesquisa documental com destaque ao Parecer n. 00053/2020/DEPJUR/PFUFPPB/PGF/AGU, que orienta procedimentos de ingresso de acervos em ausência de política formal e aplicação de questionários junto aos responsáveis técnicos do Arquivo Central e do NDIHR. Essa combinação permitiu

identificar práticas, critérios e lacunas na incorporação de documentos privados nessas unidades.

Entre os resultados destacamos que o Arquivo Central criado pela Resolução N<sup>o</sup> 43/2018 do CONSUNI da Universidade Federal da Paraíba, representa o órgão central do Sistema de Arquivos da UFPB (SiArq/UFPB), com atuação normatizadora e de apoio às unidades arquivísticas setoriais, opera sem política de aquisição formalizada. Baseando-se nas diretrizes do Parecer para guiar decisões sobre doações, depósitos e aquisições. O Arquivo Central recebe todo tipo de documento, geralmente são avaliados no que diz respeito ao valor histórico e cultural ou interesse institucional e social. A análise preliminar é feita por equipe técnica, porém sem critérios claros de avaliação de relevância e preservação. Já no NDIHR, criado anteriormente, vincula-se diretamente à Reitoria com a função de salvaguardar documentos históricos e culturais relacionados à região Nordeste.

Atualmente, o NDIHR está subordinado às diretrizes estabelecidas pelo Arquivo Central, integrando também o SiArq/UFPB. Ambas as unidades relataram dificuldades comuns: limitação de espaço físico, carência de recursos humanos especializados e ausência de revisão periódica de rotinas de aquisição. A análise revelou que o parecer atua como importante instrumento de suporte jurídico administrativo, mas sua utilização parcial não supre a ausência de uma política institucional consolidada. As práticas empíricas identificadas geram seleções pontuais, sem planejamento estratégico, e expõem riscos como fragilidade na guarda, falta de padronização e exclusão de acervos relevantes.

Por fim, existe uma necessidade de elaboração de políticas formais de aquisição na instituição, partindo do Arquivo Geral essa formalização, haja vista, o NDIHR não possuir autonomia para instituir uma estruturação de política ou procedimento formal de aquisição, dependendo de orientações e normativas do órgão central. É recomendável o fortalecimento da capacitação técnica dos servidores, investimento em infraestrutura e explicitação dos mecanismos de difusão dos acervos. Essas ações podem consolidar o papel do Arquivo Central e do NDIHR como guardiões de arquivos pessoais, promovendo maior transparência e assertividade na construção do patrimônio documental da UFPB.

**Palavras-chave:** Políticas de aquisição; Arquivo pessoal; Arquivo Central-UFPB.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BRITTO, A. C. L.; CORRADI, A. Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. **PontodeAcesso**, v.11, n.3, p. 148-169, 2017. Disponível em: <https://patua.iec.gov.br/items/3e216e5a-15b1-4a1a-96ed-197cb78515cd>. Acesso em: 12 maio. 2025.

CASWELL, Michelle; GILLILAND, Anne J. *Community Archives: What Are We Really Talking About?*. In: **The American Archivist**, v. 79, n. 1, p. 59–60, 2016.

CORDULA, Ana Cláudia Cruz; SILVA, Jefferson Higino. Incitando à difusão dos arquivos pessoais da cidade de João Pessoa-pb. **OFFICINA - Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, v. 2, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arq-uivi/article/view/80/62>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CRIVELLI, Renato.; BIZELLO, Maria. Leandra. Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. **Acervo**, v. 34, n. 1, p. 131–153, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1598>. Acesso em: 20 maio. 2025.

DUARTE, Renato Crivelli. **A patrimonialização do arquivo pessoal: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da Unesco**. Orientadora: Maria Leandra Bizello. São Paulo. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, São Paulo, 2013.

HOBBS, C. The Character of Personal Archives: Reflections on the Value of Records of Individuals. **Archivaria**, v.52, n.1, p. 126-35, 2001. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12817>. Acesso em: 26 jun. 2024.

JARDIM, José Maria. Governança Arquivística: Contornos para uma noção. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.31-45.2018. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987/994> Acesso em: 05 jul.2014.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, L. M. V. **Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais.** Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, L. M. V. **Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais.** In SILVA, M. C. S. M.; OLIVEIRA, L. M. V. (orgs.). Política de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa. Rio de Janeiro: MAST, 2012. Disponível em: [https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2012/politicas\\_de\\_aquisicao\\_e\\_preservacao\\_de\\_acervos\\_em\\_universidades\\_e\\_instituicoes\\_de\\_pesquisa.pdf](https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2012/politicas_de_aquisicao_e_preservacao_de_acervos_em_universidades_e_instituicoes_de_pesquisa.pdf). Acesso em: 15 maio. 2025.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso. **Acesso e Intimidade: duas questões para o arquivista no contexto dos arquivos pessoais.** In: OLIVEIRA, L. M. V.; PANISSET, B.T. C.; OLIVEIRA, I. C. B., (orgs.). Arquivos Pessoais e Cultura: o direito à memória e à intimidade. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

OLIVEIRA, L. M. V. Governança Arquivística em Instituições de Memória. In: CUNHA, Francisco José Aragão Pedroza et al. (Org.). **Governança Arquivística em Organizações Públicas e Privadas no Brasil: teoria e prática.** Salvador: EDUFBA, 2021.

SILVA, L.S. A organização do arquivo pessoal de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes: desafios e perspectivas. **OFFICINA-Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, v. 1, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivistas/article/view/30>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. *Archives, Records, and Power: The Making of Modern Memory.* In: **Archival Science**, v. 2, n. 1–2, p. 1–19, 2002.

## **Memória pública, direitos privados: reflexões sobre a gestão de acervos pessoais não formalizados**

**Érica Isabel de Melo**

Universidade Federal de Mato Grosso

**Roberta Pinto Medeiros**

Universidade Federal do Rio Grande

### **RESUMO EXPANDIDO**

A presença de arquivos pessoais em instituições públicas arquivísticas brasileiras tem ampliado os debates sobre os limites entre o público e o privado no campo da Arquivologia. A guarda de documentos privados sem formalização jurídica impõe desafios éticos e legais que tensionam o direito à memória pública e o respeito à intimidade dos sujeitos documentados. Este estudo parte da experiência do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR/UFMT), que custodia um acervo pessoal sem registro formal de doação, para refletir sobre os caminhos possíveis de gestão responsável de arquivos pessoais sob guarda irregular.

A metodologia adotada é qualitativa e baseia-se em pesquisa bibliográfica, análise documental e estudo de caso. Foram examinadas legislações pertinentes – como a Constituição Federal, a Lei de Arquivos (nº 8.159/1991), a Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011), a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (nº 13.709/2018) e resoluções do Conarq –, além de referências teóricas sobre arquivos pessoais, ética arquivística e direito à memória (Campello, 2016; Córdula *et al.*, 2020; Mattos; Mendes, 2021). A análise de pareceres recentes da Comissão de Avaliação de Arquivos Privados (CAAP) também permitiu observar contradições e lacunas normativas em torno da Declaração de Interesse Público e Social (DIPS).

Os resultados indicam que a ausência de formalização documental da posse inviabiliza a plena institucionalização dos arquivos, restringe o acesso público e expõe as instituições a riscos jurídicos. Nesse contexto, propõe-se a adoção de políticas internas de gestão que combinem responsabilidade ética, legalidade e respeito à

privacidade. A criação de comitês de ética documental, protocolos de uso responsável e ações de sensibilização institucional são apontadas como estratégias necessárias. A pesquisa também identifica que a patrimonialização simbólica – por meio da DIPS, mesmo com limitações de aplicabilidade – pode servir como parâmetro ético na condução de processos de guarda ou devolução dos acervos.

Conclui-se que a gestão de arquivos pessoais em instituições públicas demanda uma abordagem articulada entre ética, direito e política arquivística, a fim de assegurar o equilíbrio entre o direito à memória coletiva e a proteção da vida privada. A experiência do NDIHR/UFMT evidencia os dilemas enfrentados por núcleos de documentação universitários e reforça a necessidade de diretrizes públicas sensíveis à complexidade desses acervos. Em última instância, defender o tratamento responsável de arquivos pessoais é afirmar o papel dos arquivos como instrumentos de cidadania, memória plural e justiça informacional.

**Palavras-chave:** Arquivos pessoais; Ética arquivística; Custódia irregular; Direito à memória; Instituições públicas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 1991.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira. Arquivos pessoais: o direito à intimidade e o dilema das instituições de custódia. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (org.). **Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p. 285-293.

CÓRDULA, Ana Claudia Cruz et al. A dualidade entre o público e privado: entrefaces dos arquivos pessoais. **RACIn**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 71-85, jan./jun. 2020.

MATTOS, Renato de; MENDES, Juliana Maia. Arquivos pessoais e patrimônio: a Declaração de Interesse Público e Social como instrumento de patrimonialização de arquivos. **Ágora: Arquivologia em debate**, v. 31, n. 63, p. 1-21, jul./dez. 2021.

## **Arquivos privados, interesse público: análise dos limites e possibilidades da Lei nº 8.159/1991 para a proteção de arquivos pessoais**

**Juliana Maia Mendes**  
Universidade Federal Fluminense

### **RESUMO EXPANDIDO**

O trabalho discute os arquivos pessoais no contexto das políticas públicas de arquivos no Brasil, tomando como referência a Declaração de Interesse Público e Social de Arquivos Privados. O dispositivo, previsto pela Lei de Arquivos (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991), tem como função identificar e reconhecer arquivos privados, de pessoas físicas ou jurídicas, que sejam de relevância para a história e o desenvolvimento científico nacional. Desde sua regulamentação pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002 – e com a criação da comissão responsável pela emissão de pareceres sobre o interesse público e social dos acervos no âmbito do CONARQ –, 27 arquivos privados tiveram seu reconhecimento pelo Poder Público. Desses, 15 são arquivos pessoais.

Observa-se que, embora o artigo 7º da Lei de Arquivos preveja que arquivos privados de interesse público e social devam ser preservados, proibindo sua alienação com dispersão ou perda da unidade documental, a ausência de parâmetros objetivos para essa definição gera incertezas e desafios práticos. Isso impacta não apenas a identificação de arquivos privados de potencial interesse público – e, conseqüentemente, o perfil daqueles que têm seus acervos reconhecidos –, mas também a salvaguarda dos arquivos já declarados. Diante disso, o problema que orientou este trabalho é: como os arquivos privados são abordados na Lei nº 8.159/1991 e quais seus efeitos como mecanismo de salvaguarda de arquivos pessoais? A justificativa está apoiada na necessidade de aprofundar a compreensão dessa lacuna normativa e de seus impactos na preservação e acesso desses acervos.

Trata-se de uma pesquisa documental de natureza qualitativa, desenvolvida no âmbito de um mestrado. A análise está concentrada em examinar os dispositivos legais da Lei de Arquivos que tratam de arquivos privados, mapear e analisar os processos de declaração de arquivos pessoais entre 2004 e 2024 e avaliar os efeitos dessa declaração

em termos de custódia, tratamento técnico e acesso aos arquivos declarados. Os resultados da pesquisa indicam que a declaração não impõe a transferência de custódia nem estabelece mecanismos obrigatórios de tratamento técnico ou de acesso público, mantendo os acervos sob a lógica da propriedade privada, ainda que investidos de relevância social. Dessa forma, a proteção promovida pela lei ocorre de modo parcial: reconhece juridicamente a importância desses arquivos, mas não garante sua preservação nem sua integração efetiva às redes institucionais de custódia.

Essa ambiguidade evidencia a dependência de iniciativas voluntárias por parte dos detentores privados, que buscam na declaração um meio de não apenas reconhecer a importância dos seus acervos (ou da memória de seus titulares), mas também de viabilizar sua preservação a longo prazo. Nota-se, no entanto, uma tendência à institucionalização desses acervos a partir da aquisição de instituições de custódia, ainda que o dispositivo não a preconize.

Conclui-se, portanto, que a Declaração de Interesse Público e Social, embora constitua um avanço ao reconhecer juridicamente a relevância de arquivos privados para a memória nacional, revela-se insuficiente como mecanismo de preservação efetiva. Sua eficácia depende da articulação com outras ações de institucionalização, inclusive no âmbito de instituições privadas, que garantam a salvaguarda e o acesso a esses acervos. A pesquisa evidenciou a necessidade de fortalecimento dos instrumentos normativos associados à declaração, a fim de garantir o tratamento técnico, a preservação e o acesso público aos arquivos reconhecidos, além de possibilitar a identificação de outros tantos que seguem à margem das políticas de proteção e do reconhecimento público.

**Palavras-chave:** Arquivos pessoais; Arquivos privados; Lei de Arquivos; Declaração de Interesse Público e Social de Arquivos Privados; Políticas públicas arquivísticas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 4.073**, de 03 janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm). Acesso em: 14 mar.2021.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm). Acesso em: 14 mar. 2021.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. 445 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

DIAS, Fabiana Costa. **Aquisição de acervos arquivístico**: um estudo do termo e de suas práticas. 2023. 269 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2023.

HEYMMAN, Luciana. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. In: **REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL**, 8., 2009, Buenos Aires. Processos de patrimonialização da cultura no mundo contemporâneo. Buenos Aires, 2009, GT 33. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/6747>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MENDES, Juliana Maia. **A Declaração de Interesse Público e Social de Arquivos Privados e seus efeitos em arquivos pessoais**. 2024. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

SILVA, Wysterley Marins da. **Arquivo de interesse público e social**: a atuação do Conselho Nacional de Arquivos. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

## **Processos de institucionalização dos arquivos privados e pessoais no Arquivo Edgard Leuenroth: uma reflexão necessária**

**Talita dos Santos Molina Peraçoli**  
UNICENTRO-PR

### **RESUMO EXPANDIDO**

Nesta comunicação busca-se analisar e refletir sobre os processos de institucionalização dos arquivos privados e pessoais pelo Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Centro de Pesquisa e Documentação Social, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Com suas atividades iniciadas no ano de 1974 por intermédio da chegada da coleção de documentos impressos reunidos por Edgard Leuenroth, pensador anarquista, militante das causas operárias, linotipista, arquivista e jornalista, por intermédio da aquisição desse acervo projetou-se a construção de um centro de documentação para o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), com o intuito de colaborar com as pesquisas do programa de pós-graduação do IFCH. Dessa maneira, a partir da aquisição desse arquivo pessoal, outros arquivos privados e pessoais ligados à história do movimento operário e da industrialização no Brasil também foram incluídos sob custódia do AEL, como, por exemplo, o arquivo pessoal de Luiz Carlos Prestes; o arquivo da Coleção Luta pela Anistia por Celeste Fon; o arquivo pessoal de Perseu Abramo, entre outros.

Na conjuntura da redemocratização, o programa de pós-graduação do IFCH passa por um processo de ampliação e diversificação das linhas de pesquisa, provocando, com os dirigentes da AEL, a captar conjuntos documentais representativos de movimentos sociais, como: acervos do movimento feminista, homossexual e estudantil, de organizações populares e daquelas ligadas à luta pelos direitos humanos e democracia, além de setores expressivos da cultura nacional.

Dessa forma, na atualidade o AEL tem quatro temáticas relacionadas a sua linha de acervo: a antropologia, o mundo do trabalho, o movimento negro e homossexual. Os acervos da antropologia começaram a ser organizados, como os de Verena Stolcke,

Donald Pierson, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Antônio Augusto Arantes e Mariza Corrêa. Outra temática se refere à história do trabalho livre, compulsório e escravo na atualidade, que chegou à nossa instituição por meio das parcerias desenvolvidas com o Centro de Pesquisa e História Social da Cultura (Cecult). Acervos de clubes e agremiações de negros do estado de São Paulo, somados a acervos de temáticas homossexual, como de João Antônio Mascarenhas, Paulo Ottoni, Grupos SOMOS, Grupo Outra Coisa e Grupo Identidade também foram integradas ao acervo da AEL.

Assim, o AEL, possui atualmente aproximadamente 200 fundos e coleções, traduzidos em diferentes suportes documentais. Possuem quase 2 mil metros lineares de documentação textual; 100 mil fotografias, mais de 50 mil livros; 15 mil títulos de periódicos; 12 mil rolos de microfilmes; 4 mil microfichas; 367 CDs; 600 DVDs; 2 mil vídeos VHS e 2.537 fitas cassete, o que representa a importância do AEL no que se refere aos processos de institucionalização de arquivos privados/pessoais.

Nesse sentido, temos que o AEL representa um centro de documentação e memória universitário de expressivo reconhecimento com relação a institucionalização, preservação e patrimonialização dos arquivos privados.

Ao compreendermos os arquivos privados como: “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular” DIBRATE (2005), podemos afirmar que os centros de documentação e memória universitários contribuem no reconhecimento dos arquivos privados como patrimônio documental. Portanto, o objetivo desta comunicação está em analisar os processos de patrimonialização dos arquivos privados realizados pelo Arquivo Edgard Leuenroth, reconhecendo que esta instituição opera na preservação e institucionalização desses arquivos e, ao mesmo tempo, caminha com a própria renovação da historiografia e com o crescente interesse dos historiadores pelos documentos privados e pessoais.

Em resumo, essa comunicação pretende apresentar como os acervos privados e pessoais, custodiados em instituições de custódia documental públicas e/ou privadas, são inseridos nesses acervos por meio de seu valor científico, histórico e artístico existente nesses documentos. Este valor construído perpassa pela *memória* e pelo *legado* deixado por essas instituições/organizações e/ou por pessoas, e por isso a relevância em preservá-los e disponibilizá-los ao público.

**Palavras-chave:** História; Processos de institucionalização; Arquivos Privados; Arquivos Pessoais; Arquivo Edgard Leuenroth.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). *In: SILVA, Zélia Lopes da. (org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas.* São Paulo: Unesp, 1999, p. 65-78.

BARROS, Thiago Henrique Bragato; TOGNOLI, Natália Bolfarini. As Implicações Teóricas dos Arquivos Pessoais: Elementos Conceituais. **PontodeAcesso**, v. 5, n. 1, p. 66–84, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4868>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CAMARGO, Célia Reis. Centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. *In: SILVA, Zélia Lopes da. (org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas.* São Paulo: Unesp, 1999. p. 49-63.

CAMARGO, Célia Reis. Centro de Documentação e Pesquisa Histórica: uma trajetória de décadas. *In: CAMARGO, Célia Reis. [et al...] CPDOC 30 anos.* Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 21-44. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/dd0e8e24-8531-49de-9a26-d55909297d02/content>. Acesso em: 01 jul. 2025.

CAVALCANTI, Márcia Teixeira. **Os Centros de Documentação Universitários como espaços de institucionalização de “novas” memórias.** 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/842>. Acesso em: 01 jul. 2025.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2069>. Acesso em: 27.jun.2024.

MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna. Arquivos pessoais e teoria arquivística. *In: RANGEL, Thayron Rodrigues; MARIZ, Anna Carla Almeida. (org.). Arquivologia: Temas centrais em uma abordagem introdutória.* Rio de Janeiro: FGV, 2020, p. 191-204.

SILVA, Zélia Lopes da. (org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetória e perspectivas.** São Paulo: Unesp; Fapesp, 1999.

TANNO, Janete Leike. Centros de Documentação e Patrimônio Documental: Direito à Informação, à Memória e à Cidadania. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.31, n.3, p. 88-101, 2018.

UNICAMP. Arquivo Edgard Leuenroth. **Histórico**. Disponível em: <https://ael.ifch.unicamp.br/historico>. Acesso em: 01 jul. 2025.

VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva - alguns elementos de reflexão. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 3, n. 1, p. 11-21, 2007. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1>. Acesso em: 27.jun.2024.

## **O arquivo pessoal de Luiz Pinguelli Rosa enquanto fonte para a história da gestão pública do planejamento energético no Brasil**

**Everaldo Pereira Frade**

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST

**Eduardo Garcia C. Pimenta**

Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST

### **RESUMO EXPANDIDO**

A preservação dos arquivos pessoais de cientistas tem ganhado destaque no Brasil como uma prática essencial para a recuperação da memória e o desenvolvimento da pesquisa histórica e científica nacional. Diferentemente dos arquivos institucionais, que tendem a focar nos produtos finais da pesquisa e na administração, os arquivos pessoais oferecem uma visão mais aprofundada, revelando as etapas intermediárias e o “passo a passo” da investigação científica. Eles proporcionam informações cruciais sobre a personalidade, a vida cotidiana e familiar do cientista, bem como o contexto social, econômico e político em que a ciência é produzida. No contexto brasileiro, instituições como o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) têm um papel fundamental na custódia e organização desses acervos, contribuindo para a história da ciência e da tecnologia. Este trabalho busca apresentar a relevância dos arquivos pessoais de cientistas para a historiografia da ciência, abordando os desafios inerentes à sua organização e o potencial que representam como fontes de pesquisa primárias.

A metodologia de trabalho com arquivos pessoais no MAST, conforme os estudos referenciados, frequentemente envolve a identificação tipológica da produção documental e de seus temas. Esse processo visa mapear as diversas atividades que geram os documentos e padronizar suas denominações, mesmo diante da variedade e informalidade dos registros produzidos pelos próprios cientistas. A organização desses acervos frequentemente segue uma abordagem interdisciplinar, promovendo o diálogo entre arquivistas, historiadores e os próprios cientistas ou seus herdeiros. Busca-se, assim, contextualizar os documentos dentro do tempo histórico de sua elaboração e das ações que os originaram, respeitando o princípio da proveniência.

A digitalização e a criação de instrumentos de pesquisa, como glossários e inventários, também são etapas cruciais para a difusão e acesso público a esse patrimônio. Um desafio constante é a percepção dos cientistas sobre a propriedade e o destino de seus documentos, muitas vezes considerados de caráter pessoal e não institucional, o que pode levar ao descarte ou à perda de informações valiosas. A colaboração de profissionais de arquivo com pesquisadores é vital para decidir quais documentos devem ser preservados e como contextualizá-los.

Os resultados da organização de arquivos pessoais de cientistas revelam uma rica diversidade documental que vai além dos artigos e relatórios finais. Incluem-se correspondências, fotografias, projetos de pesquisa, cópias e originais de documentos institucionais, e até papéis triviais que, juntos, reconstituem a vida pessoal e profissional do titular, além do processo para construção do conhecimento científico. Esses documentos servem como elementos de prova e rastreabilidade da pesquisa, essenciais para validar resultados e compreender a história da ciência, como vemos no caso da do acervo de Luiz Pinguelli Rosa.

Luiz Pinguelli Rosa (1942-2022) foi um engenheiro e físico, influente na política brasileira, conjugando papéis de cientista, intelectual e militante político, reconhecido como um dos mais importantes arquitetos do Planejamento Energético e da consciência ambiental no Brasil. Originalmente militar de formação, Pinguelli foi Físico pela UFRJ (1967), Mestre em Engenharia Nuclear pela COPPE/UFRJ (1969) e Doutor em Física pela PUC-Rio (1974). Sua carreira foi amplamente centrada na COPPE/UFRJ, onde foi professor e diretor por cinco mandatos (um deles interrompido), além de Coordenador do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ (1990-1993), impulsionando a instituição para atuar em assuntos de interesse público. Pinguelli é creditado pela criação de dois programas de pós-graduação, o pioneiro Programa de Pós-graduação em Planejamento Energético (PPE) em 1992, e o Programa de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE) em 2005.

Sua carreira profissional também passa por sua atuação na Eletrobrás como Presidente em 2003, notoriamente crítico às privatizações no setor elétrico, mesmo após sua renúncia em maio de 2004 e eventual retorno à COPPE. Pinguelli também foi Membro do Conselho do *Pugwash Conferences on Science and World Affairs* (1999-2001), e organizou um encontro do Pugwash no Rio de Janeiro em 1998. Foi membro

ativo do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), convidado a assumir a Secretaria-Executiva do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas em 2004 contribuiu para o Prêmio Nobel da Paz do IPCC em 2007 e em propostas para mitigação de emissões no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, tendo renunciado em 2016. Pinguelli também era membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e do Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Pinguelli foi um militante ativo na mobilização da comunidade científica em defesa da universidade e da pesquisa públicas, na resistência às privatizações e à globalização neoliberal, e um crítico da burocracia na pesquisa, além de notoriamente conhecido pela defesa da relação intrínseca entre ciência, ética e sociedade, sua crítica à neutralidade científica e a importância não apenas das ciências do tipo *STEAMs* para com a filosofia e as humanidades, mas da necessidade da formação humanista na formação dos próprios cientistas, como podemos ver com a criação do HCTE.

No acervo de Luiz Pinguelli Rosa, doado ao MAST em 2024, foram identificados, para além da documentação comum a outros arquivos pessoais de cientistas, registros que evidenciam o avanço de políticas públicas científicas brasileiras ao longo de décadas, com a presença de documentos institucionais de institutos de pesquisa, universidades e organizações científicas nacionais e internacionais acumulados ao longo da trajetória do proprietário que reconstituem não apenas decisões científicas, mas também a implementação de políticas públicas brasileiras na área de Ciência e Tecnologia, exemplificado por sua atuação pioneira no planejamento energético do Brasil e sua contribuição para a área de mudanças climáticas, como no caso de sua participação no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

O arquivo também é fonte para a história da política nuclear brasileira, destacando suas críticas ao Acordo Nuclear Brasileiro de 1975 e a denúncia do programa nuclear "paralelo" na Serra do Cachimbo, destacando-se ainda informações sobre políticas energéticas em geral. Além disso, o acervo ilustra a promoção da interdisciplinaridade e institucionalização da ciência na COPPE e UFRJ, a defesa da universidade pública e da pesquisa, e suas reflexões sobre a Ciência e Metaciência, exemplificadas em sua obra "Tecnociências e Humanidades: novos paradigmas, velhas questões", além de publicações autorais e de terceiros e manuscritos, a resistência à ditadura militar, sua defesa do setor público, com seu extenso legado intelectual em

livros e artigos. Sua atuação na recuperação de patrimônios históricos como o Palácio Universitário e o Museu Nacional evidencia a conexão entre a universidade pública, a pesquisa e a cultura nacional.

Esse trabalho irá abordar como problemática a importância da gestão pública do MAST para garantir o acesso às informações contidas em acervos privados de relevância pública, desempenhando um papel crucial na preservação da memória científica e histórica do Brasil, pois existe uma tensão fundamental entre a natureza inicialmente pessoal e frequentemente negligenciada da documentação científica e o seu valor inestimável para a memória e o desenvolvimento nacional.

Instituições como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) foram pioneiras na institucionalização de arquivos pessoais no Brasil, contribuindo significativamente para sua preservação e legitimação para a pesquisa científica e a memória coletiva. Sem a intervenção e a expertise de instituições públicas como o MAST, esses testemunhos da produção do conhecimento correm o risco de se perder, inviabilizando a construção da história da ciência e a democratização do saber.

A importância estratégica da gestão pública no mapeamento de Acervos Privados de Interesse Público, já vem amparados desde a Lei nº 8.159/91, conhecida como Lei de Arquivos, e o Decreto nº 4.073/02, que a regulamenta, permitindo que arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional sejam declarados de interesse público e social. Após a doação, a institucionalização desses acervos do âmbito pessoal privado para o público, garante sua organização, preservação e ampla acessibilidade, transformando-os em um patrimônio coletivo vital para futuras pesquisas e para a compreensão da trajetória científica e tecnológica do país.

O trabalho contínuo das instituições de custódia, como o MAST, é vital para assegurar que essas fontes sejam acessíveis e inspirem futuras gerações de pesquisadores, contribuindo para que o Brasil construa e preserve sua própria história científica, sendo fundamental a organização e a disponibilização de arquivos pessoais de cientistas para o enriquecimento da historiografia da ciência e preservar a memória científica brasileira.

Em conclusão, arquivos pessoais, como o de Luiz Pinguelli Rosa, permite explorar as inter-relações entre ciência, política e sociedade, documentando não apenas os resultados formais, mas também os processos e influências intelectuais, os desafios e a visão pessoal dos atores científicos, sendo imperativo que se continue a fomentar a colaboração entre arquivistas, cientistas e historiadores para superar os desafios da rastreabilidade, institucionalização, identificação e preservação, para a criação de normativas claras e a conscientização sobre o valor desses documentos.

**Palavras-chave:** Arquivos pessoais; História da Ciência; Luiz Pinguelli Rosa; Planejamento energético; Políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ALVES, Alexandre Faben; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Os arquivos pessoais e a história da ciência: a ornitologia. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, n. 1, e150, 2017.

ARQUIVAR A PRÓPRIA VIDA 25 ANOS DEPOIS. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 79, p. 68-91, maio-ago. 2023.

ARTÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Tradução de Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 189-200, 1998.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos pessoais: um balanço da literatura recente publicada em periódicos brasileiros. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, e-138459, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.138459>. Acesso em: 06 de Julho de 2025.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 131-153, jan./abr. 2021.

GONÇALVES, Alyne dos Santos. Arquivos pessoais de cientistas e conservacionistas: a experiência do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 79, p. 5-22, maio-ago. 2023.

LA ROVERE, Emilio Lèbre. A contribuição de Luiz Pinguelli Rosa ao planejamento energético no Brasil. **Revista Brasileira de Energia**, v. 28, n. 2, p. 172-177, 2022.

MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de. Arquivos de laboratório: entre o institucional e o pessoal. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2021.

ROSA, Luiz Pinguelli. A Física entre a Guerra e a Paz: Reflexões sobre a Responsabilidade Social da Ciência. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 3, p. 10-15, jul.-set. 2005.

SALVI, C.; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivistas, cientistas e a preservação dos arquivos produzidos pelas atividades em ciência e tecnologia. **Ágora**, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 46-56, 2019.

SILVA, J. C. da; SANTOS, C. A. C. M. dos. Os arquivos de interesse para a história da ciência: sobre os arquivos de cientistas e a entomologia (1930-1989). **Projeto História**, São Paulo, v. 75, p. 221-258, 2022.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 30, e2023045, 2023.

WELFELÉ, Odile. A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-72, jan./jun. 2004.

**Ação social e democracia: relato de experiência sobre o arquivo David Malta na Igreja Batista de Barão da Taquara**

**Paloma Pereira Oliveira**

Graduada em História  
Licenciatura e Bacharelado pela UFPR

**Rayssa Lisbôa França**

Museóloga (UNIRIO. COREM 1304-I)  
Graduanda de Biblioteconomia (UNIRIO)

**RESUMO EXPANDIDO**

A preservação de acervos pessoais apresenta desafios significativos (Vitorino, 2016), como o recolhimento e destruição não criteriosa de documentos, o deslocamento de fundos sem avaliação técnica e as restrições de acesso, que por vezes está condicionada à concessão voluntária por indivíduos ligados ao acervo. Em igrejas protestantes da denominação Batista, como não há sede ou centralização administrativa tal como há no papado católico, a salvaguarda da memória pode se tornar ainda mais dependente de disposições voluntárias e esporádicas, que pode criar lacunas na memória da denominação, dispersa entre grupos e edifícios isolados.

Nesse contexto, este relato de experiência trata do trabalho com o arquivo pessoal do pastor batista David Malta Nascimento, resultado dos registros guardados pelo titular e seus familiares. O arquivo está localizado na Igreja Batista de Barão da Taquara — Praça Seca, Rio de Janeiro — desde que foi transferido pela família de seu pastor emérito, após seu falecimento em 2015.

David Malta cursou Teologia no Seminário Teológico Batista do Sul, onde se tornaria também reitor. Em seguida, formou-se em Direito e Filosofia. Tornou-se pastor da Igreja Batista de Barão da Taquara em 1950, onde permaneceu ao longo de 42 anos. De origem humilde, sempre foi sensível à ênfase da ação social. Destaca-se ainda seu papel como fundador e líder do movimento Diretriz Evangélica, criado em 1949. Participou ativamente da Conferência do Nordeste em 1962, cujo tema foi “Cristo e o processo revolucionário brasileiro” (O JORNAL BATISTA, 2014).

O grupo defendeu a assistência popular, a reforma agrária e o governo de João Goulart, além de se posicionar em favor da democracia e contra regimes autoritários. Suas ideias foram difundidas na coluna da Revista *Unitas*, no *Jornal Batista*, e no programa radiofônico da Rádio Copacabana, até que o golpe e a censura encerrassem o programa em 1964. Até a publicação deste trabalho, não foram encontradas gravações dos programas de rádio, mas existem documentos manuscritos e datilografados do período. Com isso, as ideias do grupo permaneceram devido à existência deste arquivo pessoal.

Em fase de organização, o arranjo prioriza a ordenação temática: Série Ministério Pastoral; dossiês: Movimento Diretriz Evangélica, Fatos e Comentários (artigos de opinião), Certificados e Homenagens, Correspondência, Denominação Batista, Produção Intelectual, Vida Política, Boletins e Folhetos. Para a metodologia, são referências o Programa de Arquivos Pessoais (CPDOC FGV), além do Manual de Organização de Arquivos Pessoais da Casa de Oswaldo Cruz.

Após o recebimento do arquivo, uma reforma foi realizada na Biblioteca Cândido Theodoro de Moraes — mantida e utilizada pelos membros da igreja — para abrigar o Memorial David Malta. O acervo passou a ser exposto desde 2016, incluindo fotografias, manuscritos, livros e folhetos, homenagens, entre outros. No entanto, apenas em 2024 a catalogação foi iniciada.

O trabalho com o arquivo relaciona-se a duas iniciativas. Primeiro, o desenvolvimento de uma política para gestão e conservação dos demais acervos históricos da igreja, como preparação para as efemérides de 90 e 100 anos da igreja. Somado a isso, a temática do arquivo constitui a pesquisa de mestrado de uma das autoras no campo da História Política. Conceitos chave como Micro-história de Ginzburg, e a teoria da memória social trabalhada por Jacques Le Goff, serão utilizados. Por conta do conteúdo do arquivo, pretende-se desenvolver uma pesquisa historiográfica que contrapõe a historiografia atual e generalizante de que os batistas assentiram e defenderam o governo militar.

O trabalho com este arquivo a partir da gestão e conservação feitas de modo colaborativo e voluntário, e sua localização em uma biblioteca na zona oeste do Rio, contribuem para seu caráter único. Em suma, se trata de uma peça importante para a história batista brasileira, do bairro e da comunidade em que a igreja está inserida.

**Palavras-chave:** História dos batistas; Arquivos pessoais; David Malta Nascimento; Movimento Diretriz Evangélica; Igreja Batista de Barão da Taquara.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Jorge Phelipe Lira de. Arquivos pessoais e teoria arquivística: considerações a partir da trajetória do conceito de arquivo. In: III ENCONTRO Nacional de Arquivos Privados. **ARQUIVOS PRIVADOS: abordagens plurais**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2016. Disponível em: [https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Arquivos\\_privados\\_abordagens\\_plurais\\_e-book.pdf](https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Arquivos_privados_abordagens_plurais_e-book.pdf) Acesso 20 jun. 2025.

CASA DE OSWALDO CRUZ. **Manual de Organização de Arquivos Pessoais**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2015. Disponível em: [https://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/manual\\_organizacao\\_arquivos\\_fiocruz.pdf](https://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/manual_organizacao_arquivos_fiocruz.pdf) Acesso 20 jun. 2025.

CASTRO, Celso. SPOHR, Martina. BLANK, Thais (org.). **Arquivos pessoais: experiências no CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV EDITORA, 2024.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. Tradução de Federico Carotti. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. O JORNAL BATISTA: Dia do Pastor Batista. Rio de Janeiro, 08 jun. 2014. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. A presença de fundos privados institucionais nos arquivos públicos estaduais do Brasil. In: III ENCONTRO Nacional de Arquivos Privados. **ARQUIVOS PRIVADOS: abordagens plurais**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2016. Disponível em: [https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Arquivos\\_privados\\_abordagens\\_plurais\\_e-book.pdf](https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Arquivos_privados_abordagens_plurais_e-book.pdf) Acesso 20 jun. 2025.

## **A institucionalização da Memória Escolar: a experiência do Colégio Nossa Senhora das Neves**

**Álvaro Luis Lins de Paiva**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Patrícia Ladeira Penna Macêdo**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

### **RESUMO EXPANDIDO**

Fundado em 1932, o Colégio Nossa Senhora das Neves, localizado em Natal, capital do Rio Grande do Norte, é fruto do trabalho da Congregação das Filhas do Amor Divino. Ao longo de seus 93 anos de existência, o colégio não apenas consolidou sua excelência educacional, como também desempenhou um papel crucial na formação cultural e cidadã da sociedade potiguar. Inicialmente dedicado exclusivamente à educação de meninas, o Colégio das Neves foi, desde os primeiros anos, um espaço privilegiado de sociabilidade, oferecendo atividades como cursos de datilografia, línguas estrangeiras, piano e acordeom.

Com o passar das décadas, a instituição promoveu ações que marcavam o compromisso com a formação integral de seus estudantes, como a criação do Grêmio Cultural Rui Barbosa, em 1957, o jornal interno “O Reflexo” e a fundação do Centro Cívico Escolar Madre Auxiliadora Nóbrega de Almeida (CCE-MANA), consolidando a escola como um polo de formação política e cidadã da juventude natalense.

A entrada de alunos do sexo masculino, em 1975, e a rápida expansão da escola exigiram novos canais de comunicação e adaptação às mudanças urbanas e sociais de Natal. Um exemplo disso foi a criação da TV Neves, o primeiro sistema de televisão interna escolar do estado, que existe até hoje como ferramenta de integração, comunicação e espiritualização da comunidade escolar.

Diante de uma história tão rica, construída a partir da convivência cotidiana, da fé e das trocas simbólicas, a escola reuniu ao longo dos anos um acervo significativo: fotografias, jornais, documentos administrativos, registros de eventos, vídeos e produções estudantis. Mais do que simples registros, trata-se de um arquivo produzido

tanto pela instituição quanto por sua comunidade, resultado de uma sociabilidade que, como afirma Georg Simmel (2006), se dá de forma desinteressada e afetiva.

Reconhecendo a importância histórica de seu acervo e atento à necessidade de preservação e acesso qualificado a essas memórias, o colégio iniciou, a partir de janeiro de 2025, o processo de organização sistemática de seus arquivos, com a criação do Centro de Memória e Documentação Neves. Inspirado na concepção de Pierre Nora (1993) de “lugares de memória”, o centro surge como resposta à impossibilidade de uma memória espontânea e contínua em uma sociedade cada vez mais veloz e fragmentada. Ao institucionalizar seu arquivo, o Colégio transforma memórias dispersas em narrativa organizada, criando elos entre as gerações e reforçando sua identidade institucional.

Nesse sentido, a proposta deste trabalho é demonstrar como a experiência do Colégio das Neves ilustra de maneira clara como um arquivo escolar, inicialmente de caráter privado e interno, pode ser transformado em espaço de preservação pública, pedagógica e cultural. Para isso, serão descritas as ações desenvolvidas para a institucionalização como a criação de exposições temáticas e mensais, a construção de murais fotográficos e documentais, a publicação de conteúdos nas redes sociais oficiais da escola, além da realização de apresentações públicas voltadas à comunidade escolar e à sociedade em geral. Essas iniciativas, por configurarem etapas fundamentais no processo de institucionalização do arquivo, serão o foco deste trabalho e serão descritas e analisadas na apresentação, com o objetivo de refletir sobre como práticas escolares podem ser transformadas em ações de preservação da memória e formação da identidade.

**Palavras-chaves:** Colégio Nossa Senhora Das Neves; Institucionalização; Memória.

## REFERÊNCIAS

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

SIMMEL, Georg. **Sociologia: estudos sobre as formas de socialização**. Trad. Mauro Sadonio. São Paulo: Ática, 2006.

MENEZES, Maria Cristina; SILVA, Eva Cristina Leite da; TEIXEIRA JÚNIOR, Oscar. **arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história.** *Horizontes*, v. 23, n. 1, p. 67-76, jan./jun. 2005. Disponível em:  
[https://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portaUSF/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume\\_03/uploadAddress/horizontes-8%5B6257%5D.pdf](https://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portaUSF/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_03/uploadAddress/horizontes-8%5B6257%5D.pdf). Acesso em: 8 jul. 2025

## **Institucionalização e preservação do Diário de Natal: experiência da UFRN na salvaguarda de arquivos privados**

**Patricia Ladeira Penna Macêdo**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Evanúcia Gomes de Oliveira**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**João Carlos Bernardo de Lima**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

### **RESUMO EXPANDIDO**

O *Diário de Natal* (DN), um dos jornais mais importantes do Rio Grande do Norte, esteve em circulação de 1939 a 2012 e desempenhou um papel fundamental na documentação de eventos locais, nacionais e internacionais. Ao longo de suas décadas de existência, o jornal registrou acontecimentos que marcaram a história da região e do Brasil, criando um acervo rico e diversificado. Este acervo inclui, além das edições impressas, fotografias, periódicos estaduais, obras bibliográficas, objetos de arte e outros itens que retratam momentos significativos da história do estado e do país.

Em 2013, o acervo do *Diário de Natal* foi transferido para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com o objetivo de garantir a preservação e o acesso a este importante patrimônio histórico da imprensa potiguar. O processo de envio envolveu as modalidades de comodato e doação, sendo um marco importante em seu processo de preservação e acesso. Nesse sentido, este trabalho apresenta o processo de institucionalização do acervo desde a sua transferência, em 2013, e as ações realizadas como forma de buscar sua conservação preventiva e a ordenação, com destaque para as atividades realizadas a partir de 2019, nos Laboratórios de Conservação e Restauro de Acervos Documentais (LABRE) e de Imagens (LABIM) do Departamento de História da UFRN, que tiveram como resultado a organização, a conservação e a digitalização das primeiras edições do *Diário de Natal*, atualmente disponibilizadas no repositório digital do LABIM, ampliando o acesso público e promovendo a difusão do acervo.

Por meio da análise aos documentos relativos ao processo administrativo de doação e comodato, bem como os relatórios de atividades anos 2013 e 2023, se buscou compreender o impacto dessas ações na preservação e no acesso público ao acervo, identificando os desafios enfrentados e as estratégias adotadas pela UFRN para assegurar a continuidade da preservação do patrimônio documental.

A custódia física de documentos, conforme destacado por Cunha (2008), implica necessariamente uma responsabilidade jurídica, que se relaciona diretamente à garantia da guarda e proteção dos arquivos, independentemente do vínculo de propriedade. Essa responsabilidade, no entanto, não se restringe apenas à proteção física dos materiais, mas também está intrinsecamente ligada aos fins de preservação da integridade física dos documentos e à acessibilidade ao conjunto de informações que neles estão registrados. Ainda segundo Troitiño (2016) em muitos casos, é por meio da transferência institucional, que muitos arquivos permanecem disponíveis para pesquisa e utilização.

Portanto, pretende-se demonstrar os trâmites administrativos que possibilitaram a institucionalização do acervo e a importância da UFRN para a preservação de arquivos privados com valor histórico e cultural para o Rio Grande do Norte. A incorporação do acervo do *Diário de Natal* representa um desafio institucional, exigindo critérios técnicos e estratégias contínuas para sua conservação e disponibilização pública, fortalecendo o compromisso da universidade com a memória social e o acesso à informação.

**Palavras-chave:** Diário de Natal; Institucionalização de acervos; Patrimônio documental; Preservação de acervos.

## REFERÊNCIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Termo de doação à UFRN do acervo arquivístico de propriedade da Editora O Diário S/A**. Processo nº 23077.052143/2013-31. Gabinete do Reitor, 2013.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos Livros, 2008.

TROITIÑO, Sonia. avaliar para incorporar: políticas institucionais de formação de acervo. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 24, n. 2, p. 27–46, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8647844>. Acesso em: 8 jul. 2025.

## Programação do IV Colóquio Acervos Privados e Pessoais

### 02 de Setembro de 2025

#### Conferência de Abertura, às 19:00h

Prof. Dr. Renato Venancio (UFMG) - Título: Acervos privados e políticas arquivísticas.

Link Youtube: <https://www.youtube.com/live/NcQpHwJomyk?si=JeVElgo79K5Z1wvr>

### 03 de Setembro de 2025

#### Apresentações de Trabalhos: Institucionalização de Arquivos Privados e Pessoais

Bloco 1 às 09:00-12:00h

Link Youtube: <https://youtu.be/Q5F0za6JkHQ?si=SYlrCYyCbofkv9N7>

Bloco 2 às 13:00 – 18:00h

Link Youtube: <https://youtu.be/M2CIhL07rAU?si=8pj2Mb3Kn2K-lhCY>

#### Mesa Redonda "Que traMA é essa?" às 19:00h

Yocelyn Valdebenito e Surimana Pérez (ANC)

Título: Archivo Mujeres y Géneros del Archivo Nacional de Chile: desafíos y oportunidades en torno al trabajo con archivos personales.

Link Youtube: <https://www.youtube.com/live/DfmeF8Dj-qU?si=Z7j9W3sqNL9g3JAo>

### 04 de Setembro de 2025

#### Conferência de encerramento, às 19:00h

Profa. Dra. Alícia Duhá Lose (UFBA) - Título: Acervos femininos de instituições privadas: o caso da Bahia

Link Youtube: <https://www.youtube.com/live/td1aH-rmkUw?si=pJJeDdX7vqpticdS>

## Minicursos

### Minicurso 1: Desarquivar livros de receitas: desdobramentos literários

**Responsável:** Mariana Vogt Michaelsen

**Resumo:** Partindo da lembrança de sua mãe mexendo a goiabada por horas no tacho de cobre, Lygia Fagundes Telles (2008) nomeia como “mulher-goiabada” essas mulheres de outro tempo, que escreviam receitas, poemas e notas em seus cadernos. A escritora, ainda, reconhece nesse gesto as primeiras investidas das mulheres na carreira literária. Baseadas nessa concepção, buscamos revisitar a escritura de receitas culinárias a

partir de exemplares do livro “Quitutes da D.<sup>a</sup> Carolina Porciúncula: arte culinária”, de Carolina Marcondes Porciúncula, em diálogo com a produção literária de autoras como Nina Rizzi, Cristiane Lisbôa, Dalva Maria Soares, Sylvia Damiani, Laura Esquivel e Ivana Arruda Leite. Os exemplares do livro de receitas fazem parte do arquivo pessoal da família de Carolina Porciúncula, bem como de alunas ou familiares de alunas de seus cursos de culinária. Assim, o objetivo deste minicurso é refletir sobre como um arquivo pessoal pode se desdobrar em processos artísticos e literários, nos quais as receitas culinárias são dispositivos de escrita.

### **Minicurso 2: A institucionalização de arquivos privados: teoria, práticas, documentos e desafios**

**Responsável:** Fabiana Dias e Daniele Amado

**Resumo:** O minicurso propõe uma reflexão conceitual e prática sobre os processos de institucionalização de arquivos privados em instituições privadas de custódia arquivística. A partir da experiência das proponentes no Instituto Moreira Salles (IMS) e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV CPDOC), serão apresentados e discutidos os procedimentos prévios à incorporação de acervos, com foco na análise de documentos de aquisição, cláusulas contratuais e obrigações institucionais assumidas nos processos de compra, doação e comodato.

### **Minicurso 3: Como Identificar e Contextualizar Fotografias em Acervos Pessoais**

**Responsável:** Thiago Rafael Martins e Telma Campanha de Carvalho Madio

**Resumo:** Este minicurso tem como objetivo apresentar procedimentos teóricos e práticos para identificação e contextualização de documentos fotográficos, fundamentados nos princípios arquivísticos, visando à compreensão da fotografia enquanto documento de arquivo, entendido como registro produzido e acumulado no decorrer das atividades de indivíduos ou instituições. Parte-se do entendimento de que a fotografia, quando inserida em seu contexto de produção e uso, carrega valores informacionais, históricos e contextuais essenciais para sua análise no âmbito arquivístico. Como estudo de caso para aplicação dos conceitos, será utilizado o acervo pessoal do fotógrafo e inventor brasileiro Sebastião Carvalho Leme, cujo conjunto documental totaliza aproximadamente 30.101 itens, sendo mais de 27.000 registros fotográficos.

### **Minicurso 4: Práticas Arquivísticas em Acervos Pessoais Esportivos**

**Responsável:** Felipe Daniel Fernandes Navarro

**Resumo:** Este minicurso propõe uma reflexão sobre as práticas arquivísticas aplicadas aos acervos pessoais relacionados à temática esportiva, considerando suas múltiplas dimensões: histórica, documental, social e identitária. A partir da compreensão da atividade esportiva enquanto expressão cultural e campo de direitos e deveres

específicos, o minicurso abordará os fundamentos da gestão de documentos pessoais oriundos de trajetórias esportivas — como atletas, treinadores, clubes e outras entidades envolvidas no universo do esporte. Serão discutidas as principais tipologias documentais presentes nesses acervos, bem como os desafios de identificação, organização e preservação desses conjuntos documentais. O minicurso também irá explorar o papel dos acervos esportivos na construção da memória social, analisando como esses documentos contribuem para a valorização das histórias de vida, práticas coletivas e representações simbólicas do esporte em diferentes contextos. Voltado para estudantes e profissionais de Arquivologia, Museologia, História, Educação Física, Ciência da Informação e áreas afins, o curso busca incentivar o olhar crítico e interdisciplinar sobre os acervos esportivos pessoais, ampliando o repertório técnico e conceitual dos participantes.

### **Minicurso 5: Diálogos entre as universidades e os centros de documentação memória: processos de institucionalização dos arquivos privados e pessoais**

**Responsável:** Talita dos Santos Molina Peraçoli

**Resumo:** Este minicurso tem como principal objetivo fazer uma análise sobre a constituição dos centros de documentação e memória universitários, considerados hoje como instituições de custódia documental fundamentais para a preservação, organização, acesso e democratização de arquivos privados e pessoais. Utilizando como referência centros de documentação e memória universitários do estado de São Paulo e do Paraná, este minicurso se propõe a lançar um olhar sobre essas instituições de custódia documental como local que preservam, patrimonializam e institucionalizam os arquivos privados, principalmente no que se refere ao direito do cidadão ao conceder acesso à informação por meio dos acervos custodiados por estas instituições, democratizando a memória destes conjuntos documentais.

### **Minicurso 6: O artista no arquivo: documentos pessoais e processos de criação nos arquivos pessoais de artistas plásticos**

**Responsável:** Thayane Vicente Vam de Berg e Maria Oliveira

**Resumo:** Este minicurso se propõe a abordar as possíveis formas de produção e constituição de arquivos pessoais, em especial, de artistas plásticos. Estes são fontes privilegiadas para a pesquisa, a história da arte e a preservação da memória cultural. Outrossim, será discutida a multiplicidade de tipos documentais que, por vezes, compõem esses acervos, tais como correspondências, cadernos de artista, fotografias, catálogos, projetos e suas relações com o fazer do artista e seus entrelaçamentos com a produção de documentos a partir do afeto e da obrigatoriedade. A metodologia aplicada será uma abordagem teórico-prática, a partir de estudos de caso voltados para a identificação destes acervos. O minicurso é destinado para profissionais de arquivos, museus, bibliotecas, centros de documentação, pesquisadores e demais interessados em arquivos pessoais de artistas plásticos.

